

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**

**DE**

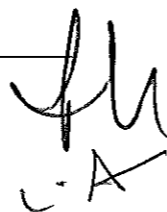
**28 DE ABRIL DE 2015**

**ANO DE 2015**

*JA*

## ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA .....	8
ORDEM DO DIA .....	20
PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA.....	20
PONTO 2 – RELATÓRIO ANUAL DE MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA – 1ª EDIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. ....	25
PONTO 3 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL.....	28
PONTO 4 - SMAS – CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO DA PEDRA QUEIMADA NA FREGUESIA DE MOSTEIROS – AQUISIÇÃO DE TERRENO – EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA .....	30
PONTO 5 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – PARCELA DE TERRENO SITA À COVA DO CONDE – FREGUESIA DE RELVA .....	31
PONTO 6 – AFETAÇÃO DE 1.512,60 M2 AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DE SANTO ANTÓNIO, FREGUESIA DE FAJÃ DE BAIXO .....	32
PONTO 7 – PROPOSTA DE MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A GESTÃO, EXPLORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO DA GRAÇA E DA RUA DO CASTILHO E DO ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE PONTA DELGADA ...	32
PONTO 8 – PROPOSTA DE MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA COM A EMPRESA MUNICIPAL COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M. SA.....	34

Handwritten signature and initials, possibly 'JH' and 'L.A.', in black ink.

**DEBATE DO PONTO 9 – SMAS - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DE 2015, DO PONTO 10 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2014 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO; E DO PONTO 12 – SMAS – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2015 E 1ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018 ..... 37**

**DEBATE DO PONTO 11 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO REFERENTES AO ANO DE 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL E DO PONTO 13 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018 E 1ª REVISÃO AO PAM – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS 2015-2018..... 39**

**PONTO 9 – SMAS - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DE 2015..... 43**

**PONTO 10 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2014 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ..... 43**

**PONTO 11 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO REFERENTES AO ANO DE 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL ..... 44**

**PONTO 12 – SMAS – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2015 E 1ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018 ..... 47**

**PONTO 13 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018 E 1ª REVISÃO AO PAM – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS 2015-2018..... 48**

**PONTO 14 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS..... 49**

**ANEXOS..... 52**

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'L.A.' with a flourish above it.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

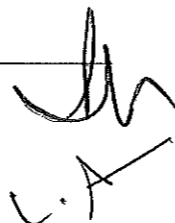
### MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2015

Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 30.º e do n.º 1 do art.º 32.º do respetivo regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, sob a presidência de Francisco Rego Costa, tendo Alexandra Vitória Falcão Viveiros como primeira secretária e Analisa Maia Furtado como segunda secretária, por ausência de Aníbal Raposo, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 16 de abril de 2015.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes, e as Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara; Maria Helena Botelho de Viveiros Batista e Nuno Miguel de Andrade Miranda. A Senhora Vereadora Maria da Graça Câmara Batista não esteve presente, facto que justificou antecipadamente.

O Senhor Presidente da Mesa endereçou cumprimentos a todos os presentes e declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. Em seguida, a 1ª secretária efetuou a chamada e procedeu à respetiva contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

**Faltas (injustificadas):** Aníbal Duarte Raposo (PS); Maria da Conceição Vieira da Purificação Brasil (PS); Steven Macedo Barbosa (PS); Bruno Alexandre Duarte Correia



(Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda da Bretanha); Nelson Manuel Borges Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Santo António).

**Substituições:** Ana Leonor Coutinho substituiu Noé Venceslau Pereira Rodrigues (PS); Maria Helena Chaves Costa substituiu Luís Maurício Mendonça Santos (PSD); Cassilda Lopes substituiu Teresa Dolores Mota Ferreira (PS); Carlos Miguel Ribeiro Ferreira Barbosa substituiu Ricardo Alberto Madruga da Costa (PSD); Maurício Cordeiro substituiu Maria das Mercês Vasconcelos Silva Pacheco (PS); João Manuel Raposo Barbosa substituiu Francisco José Guedes (PSD); Judite de Fátima de Freitas Leandro Borges substituiu Dora Cristina Ribeiro Cadete Rodrigues (PS); José Manuel Resendes Leal substituiu Rui Guilherme Pacheco (Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro); Marta Margarida Farias Medeiros Gouveia substituiu Pedro Miguel Medeiros de Moura (Presidente da Junta de Freguesia de São Roque).

A 1ª secretária da Mesa da Assembleia confirmou a presença dos seguintes vogais e presidentes das juntas de freguesia:

**VOGAIS:**

Ana Leonor Coutinho	PS
Maria Helena Tavares Chaves Costa	PSD
Maria da Conceição Arruda	PSD
António José Pissara Canotilho	PSD
Cassilda Lopes	PS
Alexandra Vitória Falcão Viveiros	PSD
Ricardo Manuel Viveiros Cabral	PS
Carlos Miguel Ribeiro Ferreira Barbosa	PSD
Maurício Cordeiro	PS
Jorge Manuel de Almada Macedo	PSD
Carolina Ponte Bastos	PSD
André Filipe Matos de Carvalho	PS

Handwritten signature and initials, possibly 'L.A.', in black ink.

João Manuel Raposo Barbosa	PSD
Gilberto Araújo Rodrigues	PSD
Analisa Maia Furtado Lima	PS
Maria José Botelho Lemos Duarte	PSD
António Manuel Raposo Lima	BE
Sérgio Paulo Ávila Campos Marques	PSD
Maria Teresa de Viveiros Tomé	PS
Paulo Vasco Ferreira de Medeiros	PSD
Hélder Manuel Cabral Borges	PS
Judite de Fátima de Freitas Leandro Borges	PS
Lisa Ventura Garcia	PS

**PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:**

Eusébio Paulo Ferreira Massa	Arrifes	PS
João Alberto Silva Pereira	Candelária	PS
Rui Alexandre Barbosa de Sousa	Capelas	PS
Humberto Carlos Cabral de Sousa	Covoada	PSD
António Luís Moniz dos Anjos	Fajã de Baixo	PS
José Augusto Inácio de Medeiros	Fajã de Cima	PSD
João José Correia de Medeiros	Fenais da Luz	PSD
João Carlos Castro Silva	Feteiras	PSD
João Paulo Arruda Medeiros	Ginetes	PSD
Luís Alberto de Sousa Cordeiro	Livramento	PSD
Carlos Manuel da Silva Cabral	Mosteiros	PSD
Duarte Manuel Luzia Carvalho	Pilar da Bretanha	PS
Pedro Miguel da Silva Melo	Relva	PSD
André Filipe Machado Correia	Remédios	PS
João Carlos Arruda	Santa Bárbara	PSD
António Espírito Santo Medeiros Cabral	Santa Clara	MSCVN

Jorge Miguel Amaral Oliveira	São José	PSD
José Manuel Resendes Leal *	São Pedro	PSD
Marta Margarida de Medeiros Gouveia **	São Roque	PS
José Maria Pereira Rego	São Sebastião	PSD
Rosa Maria da Silva Gomes	S. Vicente Ferreira	PSD
Cidália Maria Guido Medeiros Pavão	Sete Cidades	PS

\* Em substituição de Rui Guilherme Pacheco

\*\* Em substituição de Pedro Miguel Medeiros de Moura

Após ter sido feita a chamada e a respetiva contagem das presenças, e por se ter verificado quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início aos trabalhos. Procedeu primeiro à apresentação do expediente recebido, fazendo um resumo dos principais assuntos, que disponibilizou, para consulta, aos eventuais interessados. Colocou, em seguida, a ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Antes de declarar a aberto o período para a abordagem dos assuntos de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia que, por lhe ter sido pedido, iria colocar à consideração e à votação, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do regimento da Assembleia Municipal aprovado na reunião ordinária de 30 de junho de 2014, que a Ata correspondente aos assuntos que fossem objeto de deliberação ficasse aprovada em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem eficácia imediata. Este pedido foi reiterado no final da sessão, tal como tinha sido anunciado, tendo a Assembleia deliberado favoravelmente, por unanimidade, que assim fosse.

Foi igualmente informada a Assembleia que seria colocado à votação, depois do último ponto da Agenda de Trabalhos, que fosse admitido um assunto trazido em mão pelo Senhor Presidente da Câmara, e a pedido deste, nos termos do art.º 43.º

do Regimento da Assembleia, relacionado com uma proposta de Adesão do Município de Ponta Delgada à Associação Internacional das Cidades Educadoras.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra às Senhoras e aos Senhores Deputados para a apresentação dos votos e recomendações elaborados pelos respetivos grupos municipais, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções que considerassem relevantes e cujas matérias não estivessem incluídas na agenda de trabalhos.

Intervieram na primeira parte do período de Antes da Ordem do Dia, para além das senhoras deputadas e dos senhores deputados incumbidos de fazer a leitura dos votos e/ou recomendações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Francisco Rego da Costa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, e os senhores deputados Jorge Macedo (PSD); Sérgio Ávila (PSD); António Lima (BE); Carlos Barbosa (PSD); André Carvalho (PS) e António Canotilho (PSD).

O 1º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Jorge Macedo, foi um voto de pesar pelo falecimento de Humberto Silva. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 2º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através da Senhora Deputada Carolina Bastos, foi um voto de louvor às atletas da equipa feminina do Clube União Sportiva, pela vitória na da Liga Feminina de Basquetebol. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.





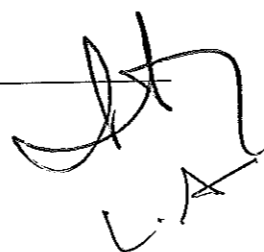
O 3º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, foi um voto de congratulação igualmente à equipa feminina do Clube União Sportiva, pelo título de campeã na Liga Feminina de Basquetebol. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 4º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda através do Senhor Deputado António Raposo, foi um voto de saudação ao 25 de abril e 1º de maio.

O Senhor Deputado Jorge Macedo pediu a palavra para dizer que o PSD também se congratula e saúda o 25 de abril, e reconhece a importância histórica desta data. No entanto, acrescentou, não se podem dissociar os considerandos que acompanham o voto da matéria votável. Por essa razão dispôs-se a fazer duas observações relativamente aos exemplos utilizados no texto: 1) a conquista das autonomias não foi um êxito do 25 de abril mas sim do açorianos, apesar de haver oposições, mesmo nos Açores; 2) quando se fazem referências às consequências da austeridade deve ter-se em conta o contexto em que essa austeridade ocorre. Concluiu com a afirmação de que deveria saudar-se o 25 de abril, sim, mas também o povo e os sacrifícios que fez. Face a estes considerandos, o PSD abstém-se, informou.

Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado, por maioria, com os votos a favor do BE, PS e MSCVN e a abstenção do PSD.

O 5º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através da Senhora Deputada Maria Teresa Tomé, foi um voto de congratulação igualmente pela passagem de mais um aniversário do 25 de abril. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

Handwritten signature and initials, possibly 'L.A.', in black ink.

O 6º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Sérgio Ávila, foi um voto de saudação, igualmente pelo 41º aniversário do 25 de abril de 1974. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 7º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através da Senhora Deputada Maria José Duarte, foi um voto de congratulação pela comemoração dos 469 anos de elevação de Ponta Delgada a cidade. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 8º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através da Senhora Deputada Maria José Duarte, foi um voto de congratulação pela reabertura ao público da Sinagoga de Ponta Delgada. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 9º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através da Senhora Deputada Teresa Tomé, foi igualmente um voto de congratulação pela inauguração da Sinagoga de Ponta Delgada. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 10º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através do Senhor Deputado André Carvalho, foi um voto de congratulação ao Clube de Karaté Shotokan da Relva pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Karaté, nos escalões Infantis, Iniciados e Juvenis. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, o Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, apresentou uma proposta de recomendação para a criação de instalações de apoio às famílias em duas modalidades: 1) uma unidade modular transportável; 2) a remodelação de um espaço existente no centro histórico de Ponta Delgada. Esta



proposta de recomendação foi feita no seguimento de uma recomendação de idêntico teor apresentada pelos vereadores socialistas do executivo camarário.

O Senhor Deputado Jorge Macedo pediu para fazer uso da palavra, a fim de comunicar que o Grupo Municipal do PSD se iria abster, uma vez que tais infraestruturas não estão previstas no orçamento, não se revelando, portanto, uma prioridade para 2015. No entanto, acrescentou, esta é uma questão que tem acolhimento da parte do PSD, e que traduz, inclusive, uma preocupação partilhada.

Também para se pronunciar sobre este assunto, o Senhor Deputado António Lima afirmou que o Bloco de Esquerda está de acordo com a proposta, porque vai ao encontro das necessidades de muitas famílias que se deslocam à cidade para tratar de assuntos profissionais ou por razões profissionais e, até, eventualmente, de turistas. O PS apresenta duas opções, ambas com vantagens, mas sublinhou ainda assim o carácter de maior urgência da segunda solução por se tratar ao mesmo tempo de um fator de reabilitação urbana e por ser uma infraestrutura permanente, apesar de ser possível prever também a criação de estruturas móveis, em alturas em que tal se justifique.

Colocada à votação, a proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do PS, Bloco de Esquerda e Movimento Santa Clara Vida Nova e a abstenção do PSD.

Pedi para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Ricardo Cabral. Começou por relevar a importância da proposta e o contributo que a mesma representa enquanto criação de infraestruturas que melhorem as condições de vida das pessoas. Considerou, portanto, estranha, registando esse facto, a abstenção do PSD com o simples argumento de que esta ação não é uma prioridade, e concluiu lamentando que esse tenha sido o sentido de voto da maioria.



Apresentou igualmente declaração de voto o Senhor Deputado Jorge Macedo para precisar os termos do argumento utilizado. Na política, defendeu, há escolhas, e as prioridades devem ser hierarquizadas e elencadas, e foi pela exclusiva razão de não estar previsto no orçamento para 2015 como uma prioridade que o PSD se absteve.

Em seguida, o Bloco de Esquerda, através do Senhor Deputado António Lima, apresentou uma proposta no sentido de se fazer uma recomendação à Câmara Municipal para a criação, em cooperação com as comunidades locais, de uma rede municipal de hortas urbanas e periurbanas de acesso gratuito a todos os munícipes, prevendo a criação de regulamentação própria e a disponibilização aos horticultores de formação prática e teórica.

Pedi a palavra o Senhor Deputado Carlos Barbosa para fazer o reparo de que a proposta, não deixando de ser perfeita do ponto de vista do conceito, e apesar de ser uma boa ideia, enfrenta sérias dificuldades de implementação devido aos roubos a que gravosamente estão sujeitos os proprietários de terrenos e agricultores por toda a ilha.

Para se pronunciar igualmente sobre este assunto, o Senhor Deputado André Carvalho afirmou em seguida que, apesar das dificuldades apontadas, o PS iria votar favoravelmente, e confessou ter a expectativa de que o mesmo aconteça relativamente ao sentido de voto do Grupo Municipal do PSD, até porque, sublinhou, este era afinal um dos compromissos eleitorais do atual presidente.

Pedi novamente a palavra o Senhor Deputado António Lima para reafirmar a importância do projeto, face à argumentação do Senhor Deputado Carlos Barbosa. Embora admitindo a existência do problema dos roubos frequentes, defendeu que isso não deveria ser impeditivo da implementação do projeto, apesar desses perigos, devendo, pelo contrário, fazer-se frente ao problema e desenvolver-se esforços para o solucionar.

Handwritten signature and initials, likely of the President of the Municipal Assembly, located at the bottom right of the page.

Interveio ainda o Senhor Deputado António Canotilho para esclarecer que o PSD não disse que votaria contra: apenas fez uma chamada de atenção para um problema que este projeto poderá vir a enfrentar na sua implementação.

Colocada à votação, a proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda foi aprovada por unanimidade.

Findo o período para apresentação de votos de pesar, louvor, congratulação e recomendações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, por haver ainda tempo disponível no período de Antes da Ordem Do Dia, nos termos previstos pelo Regimento, deu início às inscrições para intervenções relativamente a assuntos de interesse, não incluídos na Ordem do Dia, e suscetíveis de apreciação e discussão pela Assembleia Municipal.

Começou por intervir o Senhor Deputado Carlo Barbosa para denunciar uma situação problemática de carácter social e humano que existe atualmente na Rua Teófilo de Braga. Trata-se da casa de acolhimento, vulgo "drop in", instalada sob a tutela da administração regional. Conforme explicou, pelo facto do número de camas ser insuficiente, as pessoas acorrem ao local desde o meio-dia, para assegurar lugar, o que leva à criação de tensão naquela zona, assistindo-se inclusive à lamentável situação de pessoas que ficam de fora, com os transtornos inerentes à impossibilidade de acederem ao Centro. Como a casa é demasiado pequena, prosseguiu, e desajustada para as necessidades, não há sequer espaço de convívio durante o dia, fazendo com que os utentes andem a vaguear pela cidade nesse período. Como solução possível sugeriu a colaboração de outras instituições, como por exemplo a Casa dos Manaias. Concluiu com um apelo para que a Câmara Municipal possa pressionar o Governo Regional a encontrar uma solução, até porque, como informou, a casa que está a ser usada como Centro de Acolhimento é um imóvel alugado.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'C. A.' with a stylized flourish above it.

Na intervenção seguinte, o Senhor Deputado António Canotilho apresentou à Assembleia quatro problemas para os quais chamou a atenção e solicitou medidas adequadas. Em primeiro lugar, o palco e as barracas colocadas em frente às Portas da Cidade por ocasião das comemorações do 25 de abril. Na sua opinião, a Câmara Municipal deveria arranjar uma alternativa àquele espaço para a realização de festejos, devolvendo-lhe a visibilidade para turistas e visitantes, necessária, por exemplo, para se fazerem fotografias do monumento, que é um ex-libris de Ponta Delgada. Em segundo lugar, o problema causado, na Rua Roberto Ivens, pelas ações de administração de metadona. Lembrou que já foi manifestado constrangimento por parte de pessoas que têm necessidade de acorrer àquela zona, nomeadamente no âmbito de outras valências de ordem social que ali funcionam, sendo evidente que devido àquela situação não se sentem à vontade. O mesmo se passa em relação ao Largo 2 de Março, acrescentou. Defendeu que é necessário haver algum cuidado nesta matéria, de modo a promover a integração mas sem expor, ao contrário do que sucede atualmente. Em terceiro lugar, manifestou a sua congratulação pelas diligências já desenvolvidas pela Câmara para, no decorrer das Festas do Senhor Santo Cristo, garantir as melhores condições ao nível da limpeza urbana, sendo que esta era uma necessidade sentida e um ponto sempre considerado crítico neste período. Por fim, referiu-se às Taxas Municipais do Cemitério e à obrigatoriedade de se cobrirem as campas com pedra de lavoura. Uma vez que há já munícipes a serem notificados, e mesmo desconhecendo se esta é uma decisão camarária, alertou para os custos que estão associados ao cumprimento desta regra, e perguntou porque é que se obriga a pôr pedra de lavoura e não apenas relva, por exemplo, sobretudo numa altura em que há notórias dificuldades económicas para as famílias.

Em seguida, o Senhor Deputado André Carvalho, depois de formular o pedido para que fosse disponibilizada pelo executivo camarário cópia do acordo celebrado entre o Município de Ponta Delgada e a empresa de transportes UTC, anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara na semana anterior em conferência de imprensa, apresentou uma declaração política preparada pelo PS sobre o assunto. Afirmou-se nessa

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'A. Carvalho' and the initials below it are 'C.A.'.

declaração, que foi com surpresa que o Grupo Municipal do PS recebeu o anúncio do acordo estabelecido, culminando o diferendo judicial que resultou do concurso público relativo aos transportes públicos municipais. Referiu-se ao anúncio, feito pelo Senhor Presidente da Câmara, dos termos de um acordo, em que a Câmara se compromete a fazer o pagamento de 300 mil euros pelo facto de ter havido incumprimento no concurso dos minibus, acrescidos de 40 mil euros relativos a despesas judiciais. Uma vez que no referido anúncio fora afirmado que o acordo alcançado beneficia todas as partes, o PS exigiu esclarecimentos sobre quais os benefícios públicos efetivos deste acordo de indemnização, para além da cedência do estacionamento gratuito para as viaturas no Parque da Madrugada, também prevista no acordo. Perguntou também qual é o papel da Câmara de Ponta Delgada na venda dos minibus à empresa Varela e C<sup>a</sup>. Expressou ainda a estranheza que decorre do anúncio ter sido tornado público apenas 4 meses após o acordo ter sido alcançado, a juntar às dúvidas quanto à gestão política do processo. O Senhor Deputado André Carvalho fez ainda a pergunta de quem vai assumir as responsabilidades política pelo prejuízo ao erário público. Realçou as vantagens atribuídas à UTC e à empresa Varela e C<sup>a</sup>, neste processo, e concluiu com a constatação de que, fruto destes acontecimentos, Ponta Delgada continua sem um serviço de minibus efetivo, mas apenas soluções de recurso e temporárias.

O Senhor Deputado António Lima pediu em seguida a palavra, começando por lembrar que a recomendação apresentada pelo BE e aprovada na sessão da Assembleia Municipal de dezembro de 2013, no sentido da recolha seletiva de resíduos, nomeadamente vidro e papel, não foi ainda implementada. Em relação ao acordo com a empresa UTC sobre os minibus, perguntou como é que se chegou ao valor da indemnização de 340 mil euros, e advogou que o acordo beneficia todas as partes menos o interesse público. Prosseguiu, ainda sobre este assunto, com a afirmação de que as mudanças no serviço de minibus anunciadas não são propriamente mudanças mas apenas um ajuste direto para seis meses por um valor de 75 mil euros. Uma situação que lhe causa alguma estranheza, comentou, uma vez

Handwritten signature and initials in black ink, appearing to be 'C.A.' with a flourish above it.


que se trata de um contrato de 6 meses, quando o anterior contrato, que cobria um ano, era de 60 mil euros, o que requer justificações, caso se confirmem os valores, salientou. Frisou ainda que com estas mudanças haverá um aumento de 45% nas tarifas, e que só com algumas alterações de paragens e percursos o serviço não será significativamente melhorado. As únicas vantagens, concluiu, decorrem da criação de passes.

Referindo-se diretamente às observações feitas aquando do pedido de esclarecimentos sobre o processo dos minibus, o Senhor Deputado Jorge Macedo relevou o facto de na mesma intervenção em que coloca dúvidas e pede esclarecimentos, o Senhor Deputado André Carvalho tira conclusões sem ouvir as explicações que acaba de pedir. Por essa razão, pediu ao PS que esclarecesse em quanto é que os munícipes foram prejudicados e de que forma é que as empresas foram beneficiadas.

O Senhor Deputado André Carvalho, em resposta à primeira questão afirmou que os munícipes foram lesados porque a Câmara teve que usar, para este processo, uma verba que não estava prevista no orçamento, e que deste modo não poderá ser usada noutras rubricas.


Face a esta afirmação, e porque não houve resposta suficiente na intervenção precedente, o Senhor Deputado Jorge Macedo insistiu na 2ª parte da pergunta: em quanto e qual o benefício das entidades privadas no processo? Adiantou, por isso, que o Senhor Presidente fará os necessários esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se à Assembleia para prestar os esclarecimentos pedidos. Começou por manifestar a sua surpresa com a declaração política do PS, uma vez que foi informando os vereadores socialistas do executivo camarário do evoluir da situação que desbloqueou um impasse jurídico, tendo sido tudo cabalmente esclarecido sobre o processo. Por essa razão, acusou o PS de ignorar propositadamente o que os esclarecimentos evidenciam para criar um





problema que não existe. Passou em seguida a rever, em detalhe, as várias fases do concurso público, o contencioso resultante e o atual acordo que pôs termo a esse contencioso e que foi o tema da referida conferência de imprensa: no seguimento de uma reclamação por parte da UTC, por ter sido excluída do concurso público para a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros em Ponta Delgada, alegando ter apresentado um preço mais baixo, criou-se um contencioso judiciário. Perante a intenção de adjudicar o serviço a outra empresa, tomada pela Câmara, fruto de uma avaliação do júri do referido concurso público, e tendo o Tribunal de Contas recusado o visto ao respetivo contrato, foi deliberado anular o concurso, uma vez que havia dúvidas quanto à legalidade dos procedimentos seguidos. Esta situação deu origem a três processos judiciais, tendo a autarquia ganho dois deles. O terceiro processo, ganho pela empresa, conduziu a uma situação de direito indemnizatório para a UTC. Estando toda a discussão enquadrada no plano judiciário, foi determinado, por sentença condenatória, que a Câmara de Ponta Delgada indemnizasse a empresa, mas prevendo ainda assim um acordo entre as partes em litígio. Um dos fundamentos invocados para a indemnização foi a necessidade, atestada pela UTC, de construção de 10 novas viaturas, em conformidade com os requisitos técnicos do caderno de encargos. Por esse motivo, e também devido à forma como feita a divulgação pela comunicação social, especulou-se que para fazer frente a esse padrão de prejuízo seria necessário chegar a uma verba de cerca 2 milhões de euros, tendo sido essa a referência indemnizatória veiculada pela imprensa. Mas tendo o Município mantido e insistido na sua defesa, foi possível chegar a um entendimento em que se dispensaria o pagamento das viaturas e se assumiria apenas a indemnização correspondente à desvalorização das mesmas. Isto traduz, afirmou, um ato de mais pura transparência perante a certeza jurídica e perante os procedimentos adotados. Trata-se aqui da assunção dos compromissos para com os munícipes através da solução menos onerosa, prosseguiu. Como a referida desvalorização era de 300 mil euros e havia um custo do contencioso que contabilizava já 40 mil euros, houve um acordo, de ambas as partes, em relação aos valores da indemnização, o qual foi devidamente homologado por sentença do

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. A.' with a flourish underneath.

Tribunal Administrativo de Ponta Delgada. A juntar a esta solução, o Senhor Presidente da Câmara fez ainda referência a uma segunda vantagem decorrente da estratégia política que assistiu à deslocalização das viaturas pesadas de transporte coletivo de passageiros, desta empresa e de todos os outros operadores, da Avenida Infante D. Henrique para a zona do Parque da Madruga. Esta deslocalização não traz qualquer custo para o Município, asseverou, tal como de resto tinha sido validado na Assembleia Municipal através da aprovação da minuta do contrato de comodato. Realçou também que esta medida nada teve que ver com a mencionada componente indemnizatória, e voltou a defender que foi garantida a melhor defesa dos interesses do município. Remeteu, neste ponto, para a posição sobre o assunto manifestada pelo Senhor Vereador Nuno Miranda, da vereação socialista no executivo camarário, que considerava esta solução satisfatória, ao contrário do que foi dito na declaração política apresentada pelo Senhor Deputado André Carvalho. Manifestou, portanto, a sua satisfação pela conclusão do processo, sentindo-se gratificado por ter sido garantida a defesa do interesse público municipal. Em reforço desta asserção, e recorrendo a números, lembrou que para um valor mensal no 1º contrato, em 2002, de 22 mil euros/mês, o concurso de 2005 envolvia uma verba mensal de 27 mil euros, e o preço mensal determinado após o procedimento de 2011 ascendia a 25 mil euros. Após a recusa de visto, o preço desceu para 22 mil euros, e com o novo ajuste direto baixou para um valor final de 15 mil euros mensais. Atualmente, o preço é de 5 mil euros por mês.

Por ter pedido direito à sua defesa perante factos invocados na intervenção precedente, e uma vez que o Senhor Presidente da Câmara não se opôs a que o fizesse sem contudo deixar de fazer o reparo que não estaria em causa o direito à defesa de honra, uma vez que o que foi feito foi uma citação integral, o Senhor Vereador Municipal Nuno Miranda tomou a palavra. Afirmou, a título de esclarecimento, que a citação efetuada relativamente à sua posição sobre o assunto dos minibus foi incompleta, faltando a menção, nos últimos dois parágrafos, à contrapartida do estacionamento no Parque da Madruga. Disse ainda que na altura



não era conhecida a questão do negócio entre privados. Aproveitou para reiterar as perguntas já colocadas em reunião de câmara, sobre qual é o benefício da cedência do Parque da Madrugada à empresa, ou qual o custo para o Município, e se, no caso de essa cedência não ter existido, se teria chegado ao acordo.

A concluir este espaço de debate, usou novamente da palavra o Presidente da Câmara para esclarecer, mais uma vez, que o acordo em comodato, apresentado e aprovado em Assembleia Municipal, não correspondeu a uma contrapartida indemnizatória mas sim a uma estratégia que passou por utilizar um parque de estacionamento subaproveitado para deslocalizar o estacionamento dos autocarros, para todos os operadores. Com esta medida, continuou, há vantagens para os munícipes sem qualquer custo associado. Quanto à acusação de que teria havido interferência nos negócios entre privados, admitiu que o conhecimento dos interesses de ambas as partes facilitou o entendimento, mas que isso não significou qualquer propósito indemnizatório, rejeitando portanto, liminarmente, essa acusação. O que foi feito, rematou, foi um acordo muito satisfatório perante a realidade concreta. O Senhor Presidente da Câmara aproveitou ainda para sublinhar a disponibilidade demonstrada pela UTC para se chegar ao atual acordo.

Não havendo mais pedidos de intervenções registados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou concluído o período de Antes da Ordem do Dia, e por haver ainda tempo disponível para os trabalhos antes do intervalo previsto nos termos regimentais, deu início à apreciação, discussão e votação dos pontos incluídos na Ordem do Dia.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J.A.' and the initials below it are 'L.A.'.

## ORDEM DO DIA

Intervieram no debate do período da Ordem do Dia, para além do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Francisco Rego da Costa, o Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, a Senhora Vereadora Luísa Magalhães Moniz, as senhoras deputadas e senhores deputados Ricardo Cabral (PS); António Lima (BE), Lisa Garcia (PS); Jorge Macedo (PSD); Carolina Bastos (PSD); Hélder Borges (PS); Teresa Tomé (PS); Sérgio Ávila (PSD); Conceição Arruda (PSD); e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia da Candelária e de Ginetes.

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA**

Na apresentação da atividade camarária o Senhor Presidente da Câmara justificou com a suficiência da informação previamente distribuída nos relatórios de atividades o caráter sintético das suas notas. Como destaque, e reportando-se à situação financeira, assinalou a realização de amortizações de empréstimos, no ano em curso, no montante de 459.666,69 euros, com os correspondentes juros no valor 70.729,63 euros. Fez questão de realçar que a regra do equilíbrio orçamental foi cumprida, tal como se exige às autarquias na Lei das Finanças Locais.

Relativamente às atividades camarárias, salientou as seguintes ações e eventos:

- As ações de sensibilização para a problemática das dependências desenvolvidas pelo Grupo PDL Saúde, numa parceria no âmbito da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis;
- A II edição do Festival Tremor;
- A plantação 60 árvores no Parque Urbano levada a efeito por 200 crianças por ocasião do Dia Mundial da Árvore;



- Os encontros de participação pública do Orçamento Participativo;
- A homenagem a 39 personalidades do concelho;
- A conclusão das obras da Travessa do Pico de Salomão, importantes para resolver problemas que se verificaram em anos anteriores relacionados com cheias provocadas pela chuva;
- A atribuição do prémio de mérito escolar a alunos do ensino não-superior, bem como as ações de informação junto das escolas;
- O Prémio Margarida de Chaves, atribuído à melhor aluna da licenciatura em Serviço Social da Universidade dos Açores;
- As ações de informação e prevenção rodoviária desenvolvidas pela Polícia Municipal;
- O Torneio de Futebol Infantil do Clube União Micaelense, no âmbito dos protocolos de apoio ao desporto, relevando o sucesso do evento e a sua projeção;
- O acordo para a cedência gratuita de um espaço da Madiçor, em regime de comodato, destinado ao estacionamento provisório e gratuito junto ao Mercado da Graça;
- A disponibilização dos jornais diários "Açoriano Oriental" e "Correio dos Açores" nas escolas, a um universo de cerca de 2.250 alunos, no âmbito do projeto "Ler (n) o Dia";
- A realização, com a presença de 80 monitores, na Rede de Centros de Atividades de Tempos Livres, de uma Jornada de Formação;
- Os empreendimentos do Centro Cultural dos Fenais da Luz e de Santo António;
- A recuperação da Sinagoga de Ponta Delgada, reabilitada em Museu e Arquivo Documental;
- A Carta Educativa Municipal, elaborada pelo Conselho Local de Educação;
- O processo de adesão de Ponta Delgada à Associação Internacional das Cidades Educadoras;
- Os Convívios de Primavera para Seniores dos Centros de Dia;

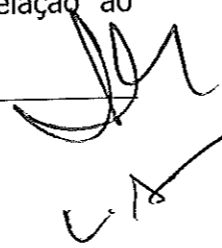


- O acesso gratuito à Rede Wireless, afirmando Ponta Delgada como uma "Smart City";
- A promoção de Ponta Delgada através de uma imagem de cortesia em Outdoors de boas-vindas, bem como a postura cultural, identitária e geradora de empatia.

Aberto o debate sobre este ponto, começou por se pronunciar o Senhor Deputado Ricardo Cabral para dar nota de que o PS tem uma visão muitas vezes crítica, mas sempre com uma intenção construtiva. Defendeu o princípio de que deve haver honestidade política, e que todas as intervenções são positivas, sendo possível fazer mais para além das prioridades elencadas. Referiu-se em seguida a um percurso que foi feito no Parque Urbano, de forma precária, pelos utilizadores de BTT, para perguntar se se pensa fazer uma intervenção com melhoramentos nesse percurso, e em caso afirmativo, para quando está previsto e porquê a demora. Destacou a pertinência e a oportunidade dessa intervenção, tendo em conta os riscos atuais, em termos de segurança, e porque a mesma não envolve custos muito elevados.

Pedi em seguida a palavra o Senhor Deputado António Lima para lembrar uma vez mais o pedido de esclarecimentos sobre a recolha seletiva de resíduos e sobre o valor da nova adjudicação do serviço de transporte coletivo de passageiros à empresa Varela e Ca.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Dirigiu-se em primeiro ao Senhor Deputado Ricardo Cabral, para expressar, primeiro, a sua satisfação de que possa reconhecer os aspetos positivos e apresentar a crítica, muitas vezes no desempenho do seu papel de oposição e também fazendo uma avaliação pessoal. Disse concordar com a afirmação de que há sempre muito para fazer, mas na esfera pública, e tendo em conta os recursos disponíveis, muitas vezes certas propostas, por não corresponderem às prioridades definidas, são igualmente ponderadas mas em plano diferente. Em relação ao

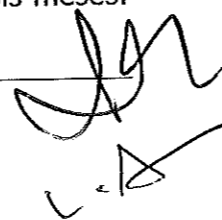


percurso BTT no Parque Urbano, adiantou que já houve propostas nesse sentido, mas a solução adotada, sendo o Parque Urbano uma concessão da empresa municipal Cidade em Acção, e por esta empresa não dispor dos meios financeiros necessários nem ser possível a Câmara atribuir subsídios para investimento devido às restrições legais nesta matéria, foi tomar o Parque Urbano de arrendamento. Só agora, fruto do novo enquadramento, serão desencadeadas as medidas necessárias para intervir naquele espaço. Para esse efeito, adiantou, será contactado o arquiteto autor do projeto inicial, havendo intenção de lhe dar conhecimento das alterações que a Câmara se propõe fazer naquele espaço. Sublinhou que há toda a boa vontade para esta intervenção, à semelhança do que ocorreu com as ciclovias, e deixou uma crítica ao facto do Plano Operacional dos Açores não estar ainda em vigor, impossibilitando candidaturas do Município. Em resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado António Lima relativamente à recolha seletiva, comunicou que os esclarecimentos pedidos seriam prestados, a seguir, pela Senhora Vereadora com competências na área do Ambiente, Luísa Vieira Magalhães Moniz. Sobre os minibus, e remetendo novamente para a conferência de imprensa anteriormente referida, explicou que todos os detalhes do contencioso foram divulgados publicamente, na 1ª parte, com a presença do representante da UTC. Remetendo para a 2ª parte da Conferência de imprensa, dedicada aos aspetos relacionados com o novo modelo de transportes de passageiros em Ponta Delgada, avançou que foi feito um estudo para implementar a nova ideia, aproximando-a do conceito de Metro de superfície, tendo sido igualmente tornado público este projeto. Fez em seguida uma breve explanação do novo serviço de minibus, assinalando as principais alterações e as vantagens que lhe estão associadas. Num serviço que garante a promoção da mobilidade urbana, destacou, nas alterações que se operaram, a importância de aspetos como a maior regularidade, por ser compensadora para os utilizadores, a emissão de passes, acessíveis a todos os cidadãos por um preço mais baixo – antes, custavam 20 euros, agora podem ser adquiridos por 16 euros, para além da discriminação positiva para seniores e estudantes, com passes específicos de 6 euros e 10 euros, respetivamente. Destacou também o facto de deixar de haver

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a stylized, cursive name, and below it are the initials 'L.A.'.

uma validação em cada passagem, o que vai ao encontro do conceito de Metro de superfície, permitindo, por exemplo, a criação de pontos de conectividade e a circulação entre as várias linhas com a mesma habilitação. Evidencia-se com estas medidas, voltou a afirmar, uma vantagem incomensurável para o utilizador. Relevou ainda a dinâmica da política social aqui patente, reforçada com a proposta da criação da possibilidade futura de estender esta lógica ao nível interurbano, em concertação com o Governo Regional. Explicou ainda que o facto de o bilhete a bordo custar 50 cêntimos será um contributo para a pujança da economia, e uma forma de atenuar as barreiras à concorrência, em matéria de transportes. Relativamente à crítica de que o serviço vai diminuir, defendeu precisamente o contrário: sendo uma das principais descridibilizações do serviço que havia anteriormente a demora e o incumprimento dos horários, com a redução das paragens esse problema deixa de existir, o que se traduz numa vantagem coletiva, e esta, defendeu, é uma opção que tem que ser assumida. Explicou igualmente que este é um período transitório, dado o prazo de 6 meses, pedido pelo Governo, que servirá para avaliar os efeitos da mudança. Concluiu com a constatação de que há uma diminuição dos custos para a generalidade dos utilizadores. Quanto à informação pedida sobre o valor do ajuste direto por seis meses, informou que totaliza 68.999,99 euros, já com a redução de 8% por via administrativa estipulada pelo Orçamento de Estado, o que dá uma mensalidade de 11.499,99 euros. Informou ainda que se prevê, no futuro, a introdução de outros benefícios, ao nível das novas tecnologias, como um aplicação para saber por GPS onde está o autocarro, ou painéis eletrónicos a avisar o tempo de espera. Finalmente, sobre a recolha seletiva de vidro e metal, passou a palavra à Senhora Vereadora Luísa Vieira Magalhães Moniz, tal como havia adiantado no início da intervenção.

Em resposta ao pedido de esclarecimentos feito pelo Senhor Deputado António Lima sobre a recolha seletiva de resíduos – vidro e metal, a Senhora Vereadora Luísa Vieira Magalhães Moniz informou que se prevê que o estudo de custo/benefício em curso para a implementação desse projeto esteja concluído no prazo de dois meses.





Acrescentou que neste momento o serviço já se realiza, mas exclusivamente para profissionais. Paralelamente, ao nível das famílias, informou ainda, foi reforçada a rede de ecopontos, exceto para as embalagens, cuja recolha já é feita porta a porta.

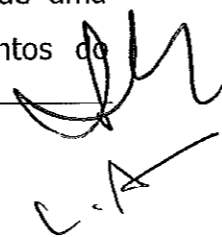
Não havendo mais pedidos de intervenção sobre a Informação da Atividade Camarária, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, pelas dezassete horas e trinta minutos, determinou que fosse feito um intervalo de quinze minutos.

Retomados os trabalhos, e antes de se dar início à discussão do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para propor que nos pontos em que a documentação se considere suficiente seja dispensável a introdução ao ponto, salvo se tal for requerido, ou se houver intervenção nesse sentido. Esta proposta recebeu o acordo unânime da Assembleia.

## **PONTO 2 – RELATÓRIO ANUAL DE MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA – 1ª EDIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7682/2015, da Câmara Municipal, de 16 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para apreciação, o relatório anual de monitorização contínua relativo à 1ª edição do Orçamento Participativo de Ponta Delgada (OP).

Pedi a palavra em primeiro lugar para abordar este assunto a Senhora Deputada Lisa Garcia. Começou por afirmar que o PS dos Açores e a bancada municipal socialista são, desde o primeiro momento, promotores e defensores dos Orçamentos Participativos, e como tal, o Grupo Municipal do PS apoiou a edição de 2014 do OP de Ponta Delgada. O Orçamento Participativo, fez questão de frisar, foi uma garantia da candidatura socialista à Câmara Municipal de Ponta Delgada nas eleições autárquicas de 2013, daí que se congratule que seja agora uma realidade. Após destacar o mérito da iniciativa, patente em aspetos como a promoção de uma cidadania ativa, motivando a participação dos cidadãos nos investimentos do

Handwritten signature and initials, possibly 'C.A.', in black ink.

município ou no contributo pedagógico para o conhecimento e a compreensão da tomada de decisões, sublinhou que este 1º exercício se irá saldar pela concretização de 5 projetos, apoiados nos votos de cerca de 1.600 munícipes. Apesar de este ser um número ainda tímido, afirmou que o grande desafio é fazer vingar esta iniciativa para produzir os resultados de envolvimento que se procuram. Relativamente ao relatório de avaliação contínua, cotou-o como um trabalho de análise cuidadoso e lúcido. Mostrou-se igualmente convicta, em sintonia com as conclusões da equipa técnica que elaborou o relatório, de que o OP irá melhorar no futuro com uma maior participação. Deu ainda nota de que seria importante que o executivo pugnasse pela ultrapassagem das suas fraquezas e ameaças, deixando a sugestão de que o sítio *web* evolua para uma ferramenta mais ativa de participação, ao serviço do reforço da estratégia de comunicação, e se aproveitem as dinâmicas existentes em todos os momentos de contacto com os munícipes.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Jorge Macedo para dar nota da satisfação e congratulação do PSD, primeiro, pelo facto do OP ter sido uma das bandeiras eleitorais do atual executivo camarário, depois, pelo êxito reconhecido e apoiado por toda a Assembleia. Registou com muito agrado o envolvimento, o empenho e a participação dos munícipes, sendo certo que será objeto de um trabalho de aperfeiçoamento contínuo e permanente, e finalmente expressou a sua satisfação por ver o OP passar à fase de execução em que serão implementados os projetos vencedores.

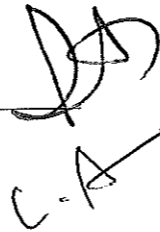
Na intervenção que se seguiu, o Senhor Deputado António Lima saudou a implementação dos projetos vencedores, fazendo uma avaliação positiva, apesar de ser possível identificar alguns problemas, compreensíveis, e que naturalmente serão melhorados no futuro. Sugeriu também que, uma vez que há consensos dos partidos, se faça a divulgação do êxito do projeto como exemplo para outros municípios.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J.M.' and the initials below it are 'L.A.'

O Senhor Deputado Sérgio Ávila pediu igualmente a palavra para destacar dois aspetos. O primeiro foi o excelente trabalho desenvolvido por toda a equipa envolvida no projeto, que os números confirmam: três ações de sensibilização interna e 14 ações de informação e sensibilização no exterior, 25 propostas a passarem à 2ª fase, 12 destas colocadas à votação pelos munícipes e cinco projetos vencedores. O segundo aspeto foi a qualidade do relatório trazido ao conhecimento da Assembleia: minucioso, detalhado e muito bem feito. Realçou igualmente a análise SWOT, e concluiu com o enaltecimento e votos de felicitação aos responsáveis pela realização deste trabalho.

A fechar o debate sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara quis subscrever na íntegra o que foi dito, tanto na apreciação positiva quanto na ambição do futuro do OP. Saliou a política de proximidade que caracteriza este instrumento, não só a partir da Câmara Municipal mas também pelo envolvimento das freguesias e pela motivação conseguida, o que, é, na sua opinião, motivo de louvor aos autarcas. Uma vez que Ponta Delgada foi uma autarquia pioneira, nos Açores, na implementação de um OP de carácter deliberativo, prosseguiu, é de esperar que os primeiros passos sejam de exploração. Aproveitou para saudar em nome pessoal e em nome do executivo a equipa de coordenação técnica, destacando o excelente trabalho de informação, formação e divulgação, bem como a otimização dos recursos e dos meios de que dispunha. Adiantou ainda a informação de que irão ser utilizadas também, para além da informação disponibilizada na Loja do Múncipe, outras ferramentas de divulgação, como Outdoors e Mupis e um spot de promoção. Finalmente, reforçou o louvor a toda a equipa, desde os coordenadores técnicos aos restantes colaboradores envolvidos bem como aos eleitos locais, formulando o pedido de que ficasse registado publicamente esse louvor.

Não havendo mais pedidos de intervenção, ficou registado, para constar, que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório anual de monitorização contínua relativo à 1ª edição do Orçamento Participativo de Ponta Delgada.



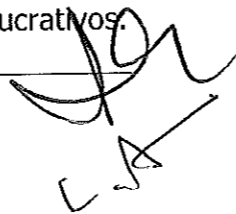
Handwritten signature and initials, possibly 'C.A.', located at the bottom right of the page.

### **PONTO 3 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL**

Em cumprimento da deliberação camarária de 18 de março de 2015, foi presente o Ofício 6666/2015, da Câmara Municipal, de 1 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, a Proposta de Regulamento de Cedência e Utilização do Autocarro Municipal.

Pronunciou-se em primeiro lugar sobre este assunto o Senhor Deputado António Lima, para dar conta de que o Bloco de Esquerda não tem muito a dizer sobre o regulamento, que considera relativamente inócuo, e que talvez até pudesse ser dispensável. Fez ainda assim uma proposta alteração ao ponto 6, dedicado ao preço a pagar pelo serviço, e de acordo com o qual se determina que haja uma discriminação positiva para entidades culturais e desportivas ou ligadas ao ensino. A proposta que colocou à consideração da Assembleia foi que o preço seja sempre o mesmo, independentemente da natureza da entidade, fazendo depender o sentido de voto favorável do Bloco de Esquerda da aceitação desta proposta de alteração. Caso contrário, adiantou, irá abster-se.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, primeiro para fazer um reparo à intervenção do Senhor Deputado António Lima, porque embora considere quase desnecessários estes regulamentos, acaba por lhes dar justificação. E acentuou em seguida a justificação da pertinência de regulamentos municipais como este, com a necessidade de se evitarem zonas de arbitrariedade e discricionariedade, sobretudo quando se trata de prestar apoios através da definição de critérios objetivos. Acrescentou a informação de que este regulamento foi sujeito a debate e participação pública e foi publicado em Diário da República. Quanto à diferenciação dos preços, esclareceu que a mesma foi buscar fundamento à distinção entre entidades com fins lucrativos, de carácter comercial, e entidades sem fins lucrativos.



Ao mesmo tempo, frisou, defende-se também, com esta política de preços, uma ideia de sustentabilidade, em linha com o princípio do utilizador/pagador, mesmo quando a aposta é de apoio de carácter social. Concluiu dizendo que apesar de aceitar a proposta para uma avaliação futura, neste momento, dado o anteriormente exposto, tal não se justifica.

Em seguida a Senhora Deputada Carolina Bastos contrapôs à relativização feita a esta proposta de regulamento e à sua alegada natureza inócua a constatação do enquadramento jurídico destes documentos, que, segundo o qual, não configuram meras disposições normativas, mas sim o estabelecimento de regulamentos municipais, que, segundo a Lei, devem ser submetidos à aprovação da Assembleia, por implicarem eficácia externa. Mais do que um imperativo legal, estes documentos traduzem a essência do poder local ao permitirem o alargamento da discussão sobre matérias relevantes para o Município. Por essa razão, concluiu, o PSD votará favoravelmente.

Pedi a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Candelária para manifestar o seu total acordo com a existência deste regulamento. Apesar de concordar que é possível questionar a diferenciação de preços, afirmou que a explicação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara é suficientemente esclarecedora das razões que motivaram essa diferenciação, destacando, nos termos da justificação, o fator da sustentabilidade.

Pedi igualmente a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ginetes, para destacar a importância do papel do motorista do autocarro, o Senhor Pimentel, relevando o seu empenho, disponibilidade e afabilidade. Aproveitou também para manifestar publicamente o seu apreço e agradecimento, uma vez que a própria imagem da Câmara Municipal sai beneficiada, ao que os membros da Assembleia responderam com um aplauso.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'L-A' with a flourish.

A concluir o debate sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara registou o reconhecimento da importância do serviço público, com particular referência à consideração anterior, e fez igualmente o reconhecimento público aos condutores, em nome da Câmara Municipal de Ponta Delgada, associando-se ao louvor feito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Ginetes.

Colocado este assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova e a abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar o Regulamento de Cedência e Utilização do Autocarro Municipal, nos termos propostos. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

#### **PONTO 4 - SMAS – CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO DA PEDRA QUEIMADA NA FREGUESIA DE MOSTEIROS – AQUISIÇÃO DE TERRENO – EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7685/2015, da Câmara Municipal, de 16 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, o processo para a aquisição de uma parcela de terreno de 860 m2 do prédio inscrito na matriz predial sob o n.º 1 da secção 002, freguesia dos Mosteiros, bem como o pedido de que a Assembleia Municipal requeira ao Governo Regional dos Açores a declaração de utilidade pública da referida parcela, para a respetiva expropriação com carácter de urgência, conferindo a posse da mesma ao Município de Ponta Delgada.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o processo para a aquisição de uma parcela de terreno de 860 m2 do prédio inscrito na matriz predial sob o n.º 1 da secção 002, freguesia dos Mosteiros. Mais deliberou,

---

Assembleia Municipal de Ponta Delgada  
– Ata da Sessão Ordinária de 28 de abril de 2015 –

também por unanimidade, requerer ao Governo Regional dos Açores a declaração de utilidade pública da referida parcela, a fim de ser expropriada com caráter de urgência, conferindo a posse da mesma ao Município de Ponta Delgada. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

**PONTO 5 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – PARCELA DE TERRENO SITA À COVA DO CONDE – FREGUESIA DE RELVA**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7677/2015, da Câmara Municipal, de 16 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o processo de desafetação de 20 m2 do domínio público e afetação, para o domínio privado do Município, da parcela de terreno sita à Cova do Conde – Freguesia de Relva, a fim de ser anexada ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o número 1304/Relva, ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do supracitado diploma legal.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de desafetação domínio público e afetação, para o domínio privado do Município, da parcela de terreno identificada, com a finalidade da mesma vir a ser anexada ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o número 1304/Relva. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'L.A.' with a flourish above it.

no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

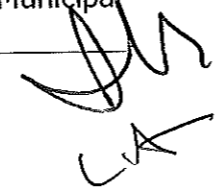
**PONTO 6 – AFETAÇÃO DE 1.512,60 M2 AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL  
– RUA DE SANTO ANTÓNIO, FREGUESIA DE FAJÃ DE BAIXO**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7679/2015, da Câmara Municipal, de 16 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, da afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 1.512,60 m2, sito à Rua de Santo António, n.º 1, freguesia de Fajã de Baixo, inscrito na matriz predial Urbana sob o art.º 1899 e descrito na conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o número 35/Fajã de Baixo, ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do supracitado diploma legal

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno identificada. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

**PONTO 7 – PROPOSTA DE MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A  
GESTÃO, EXPLORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PARQUES DE  
ESTACIONAMENTO DO MERCADO DA GRAÇA E DA RUA DO CASTILHO E DO  
ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE PONTA DELGADA**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 3009/2015, da Câmara Municipal, de 15 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a Minuta do Contrato-Programa com a Empresa Municipal





Cidade em Acção – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA, para a Gestão, Exploração e Fiscalização dos Parques de Estacionamento do Mercado da Graça e da Rua do Castilho e do Estacionamento de Duração Limitada de Ponta Delgada conforme descrito no mapa do Anexo I do Documento.

Deu início ao debate deste ponto o Senhor Deputado Hélder Borges, para deixar um alerta e fazer um apelo, dirigidos à atual concessão, detida pela empresa municipal Cidade em Acção, nomeadamente a necessidade de salvaguardar o controlo municipal do Parque da Arquinha, evitando a sua concessão a terceiros, bem como a garantia da continuação da gratuitidade aos utilizadores.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara registou o alerta e deixou o compromisso de que estes aspetos seriam tidos em conta ao nível do relacionamento do Município com a empresa concessionária.

Em seguida, o Senhor Deputado António Lima chamou a atenção para alguma confusão que parece afetar este ponto, uma vez que no edital se faz referência aos Parques do Mercado e da Arquinha, enquanto nos contratos-programa não há qualquer alusão ao Parque da Arquinha.

O Presidente da Câmara admitiu a pertinência do apontamento feito pelo Senhor Deputado António Lima, e esclareceu que o que prevalece é o ato deliberativo e o contrato-programa, pelo que os termos da discussão e a consequente deliberação deverão reportar-se exclusivamente ao contrato-programa. Esta redefinição, que veio suprir a discrepância detetada entre a referência anunciada em edital a este assunto e o teor da minuta do contrato-programa, foi tida em conta na presente redação, aparecendo já a versão corrigida, na introdução a este ponto, como decorre da justificação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara.



A concluir a discussão deste assunto, o Senhor Deputado António Lima pediu a palavra para criticar este processo, dando nota de que o Bloco de Esquerda considera que esta é uma forma de transferir receitas para a empresa municipal Cidade em Acção, que de outra forma não teria viabilidade, pelo que o BE votará contra.

Colocado este assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e o voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a Minuta do Contrato-Programa para a Gestão, Exploração e Fiscalização dos Parques de Estacionamento do Mercado da Graça e da Rua do Castilho e do Estacionamento de Duração Limitada de Ponta Delgada, nos termos e condições propostos. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

**PONTO 8 – PROPOSTA DE MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA COM A EMPRESA MUNICIPAL COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M. SA.**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7680/2015, da Câmara Municipal, de 16 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a Proposta de Minuta de Contrato-Programa com a Empresa Municipal Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M. SA.

Começou por intervir a Senhora Deputada Teresa Tomé para informar que o PS não se opõe a este Contrato-Programa uma vez que a Câmara Municipal deverá fazer o



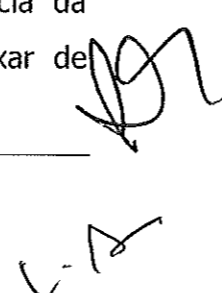
Handwritten signature and initials, possibly 'LIA', in the bottom right corner of the page.

que está ao seu alcance dentro do quadro legal existente para garantir o regular funcionamento desta instituição, envidando esforços necessários para que esta cumpra com as suas obrigações para com os cidadãos no âmbito do serviço que presta à Cultura, e valorizando a importância do seu papel numa dimensão que vai muito para além dos limites do concelho. Alertou, no entanto, para a necessidade de ser feita uma gestão cuidadosa e exigente de modo a garantir a sua autonomia e estabilidade financeira.

Sobre esta questão, o Senhor Deputado António Lima advogou que as entidades públicas devem promover e assegurar a todos o acesso à Cultura, corrigindo eventuais assimetrias existentes neste domínio, e, como tal, o Coliseu Micaelense deve desempenhar um papel de relevo nessa área. Discorda no entanto de um ponto da minuta do contrato-programa submetida à Assembleia, designadamente o facto da variável a considerar para se apurarem os montantes do financiamento ser o número de bilhetes vendido por espetáculo, porque, na sua perspetiva, nem sempre esse é o critério mais importante.

Em seguida, o Senhor Deputado Sérgio Ávila pediu a palavra para contextualizar a realidade do Coliseu Micaelense face à realidade da entidade que lhe é equivalente, do lado da administração regional: o Teatro Micaelense. Além da disputa histórica entre o Coliseu e o Teatro Micaelense, salientou, ao nível dos apoios, a diferença substancial entre os normativos aplicáveis a ambas as entidades: enquanto o apoio da autarquia ao Coliseu não pode exceder 39%, no caso do Teatro, o apoio do Governo pode ir até aos 67%, o que causa desequilíbrios, por exemplo, na política de preços de bilheteira. Deste modo, frisou, há que valorizar a gestão que foi sendo feita pela direção do Coliseu Micaelense.

A finalizar o debate sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara disse acompanhar as intervenções precedentes no reconhecimento da importância da cultura e da oferta cultural garantida por estas entidades. Não quis deixar de

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'S. Ávila' and the initials below it are 'L.A.'.

evidenciar a pertinência das referências feitas pelo Senhor Deputado Sérgio Ávila relativamente às restrições legais no setor empresarial local, que não têm a mesma expressão no relacionamento da Administração Central e Regional com o setor empresarial público. Por essa razão, o presente contrato-programa está no limite das possibilidades legais de apoio às entidades do SEL. Disse ainda concordar que é fundamental que a gestão seja rigorosa e criteriosa, até porque, frisou, o Coliseu Micaelense corresponde hoje a uma fusão entre a própria empresa Coliseu Micaelense e a antiga empresa municipal Anima Cultura, o que obriga a que a oferta cultural seja agora feita com recurso à contratação.

Colocado este assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a Minuta de Contrato-Programa com a Empresa Municipal Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M. SA, nos termos propostos. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

Antes de se passar à discussão e votação dos pontos seguintes da Agenda de Trabalhos, o Senhor Deputado Jorge Macedo propôs que todos os assuntos que falta discutir e votar que sejam do âmbito dos Serviços Municipalizados (SMAS), sejam debatidos em conjunto, mantendo-se a votação em separado, nomeadamente os pontos 9, 10 e 12. O mesmo propôs relativamente aos pontos 11 e 13, do âmbito da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Jorge Macedo, tendo a mesma recebido aprovação unânime. Deste modo, a redação da ata, no que se refere aos pontos em apreço, seguirá a lógica que decorre desta proposta, evidenciando, num primeiro

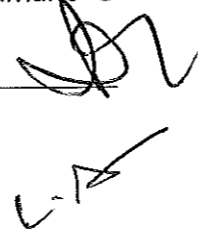
momento, o debate conjunto dos pontos, agrupados nos termos mencionados, e só depois, individualmente, o resultado das deliberações, a acompanhar as respetivas introduções aos assuntos, incluindo eventuais declarações de voto.

**DEBATE DO PONTO 9 – SMAS - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DE 2015, DO PONTO 10 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2014 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO; E DO PONTO 12 – SMAS – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2015 E 1ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018**

Como apresentação a estes três pontos, e dando nota de que seria breve na explanação, o Senhor Presidente da Câmara destacou a alteração orçamental, cuja explicação reside no facto de, havendo excedente, na parte dos SMAS, torna possível reforçar o orçamento do Município com a transferência de 1 milhão e 115 mil euros, o que significa que para além de 1 milhão de euros já contemplado no orçamento da Câmara para 2015, há a registar mais este acréscimo de 115 mil euros, uma verba a ser canalizada para o Projeto Recuperar, que também foi objeto de deliberação na Assembleia Municipal e que não estava previsto inicialmente no orçamento. A presente alteração, esclareceu, deve ser percebida juntamente com a opção estratégica, assumida em 2014, de prescindir da transferência de 1 milhão de euros, como forma de garantir tesouraria e disponibilidades orçamentais aos SMAS, dada a ausência do financiamento comunitário por via do período de transição que se verificava. Em relação às Contas dos SMAS, fez um sumário dos números que a integram, destacando uma diminuição do Passivo de cerca de 5,8%, com uma diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo, e um resultado líquido do exercício de mais 35,56%. Relevou a taxa de execução da Receita, que foi de 92,6%, enquanto a taxa de execução da Despesa foi de cerca de 69,5%, e a taxa de execução do PPI de 49,1%. Sublinhou ainda que a rubrica das Despesas com o Pessoal manteve o mesmo nível dos exercícios anteriores.

Em seguida, o Senhor Deputado Sérgio Ávila chamou a atenção da Assembleia para o facto de, ao não se fazer a transferência do montante em causa em 2014, tornou-se possível a prossecução dos investimentos, como as obras de renovação das adutoras que abastecem Ponta Delgada e as freguesias limítrofes. Este investimento global ronda os 10 milhões de euros, a ser efetuado em 16 fases, encontrando-nos atualmente na 9ª fase, e estando prevista a conclusão da 11ª fase até ao final do ano, explicou. Isto vai permitir, prosseguiu, que neste momento os SMAS possuam 60 reservatórios com uma capacidade instalada de cerca de 4,45 mil metros cúbicos, o que significa que, relativamente às reservas de água que são exigidas por Lei, os SMAS, e o concelho, têm ao seu dispor uma reserva de água que é 2,24 vezes superior a esse limite. Daí que numa altura de graves crises provocadas pelo aquecimento global, pelas alterações climáticas, e pelo facto de se ter registado uma diminuição acentuada do nível de pluviosidade, com os lençóis freáticos e as próprias lagoas a atingirem níveis que podem colocar em causa a sustentabilidade, em especial no que se refere à água para os lavradores do concelho, em Ponta Delgada, graças à estratégia adequada da Câmara Municipal esse problema não se coloca. Realçou ainda outra vantagem importante desta medida, que foi o facto de ter permitido ultrapassar o impasse decorrente da transição entre fundos comunitários.

O Senhor Presidente da Câmara, após manifestar o apreço e registar satisfatoriamente a pertinência e acuidade da análise feita pelo Senhor Deputado Sérgio Ávila, aproveitou para prestar o seu reconhecimento ao diretor geral dos SMAS, bem como a todos os dirigentes e trabalhadores pelo trabalho desenvolvido, pedindo para que o mesmo constasse em Ata. Considerou fundamental a pertinência da preocupação quanto às reservas de água, especialmente num tempo de seca como o que temos vindo a atravessar. Foi, desse modo, com satisfação, que ao responder a um inquérito, a pedido da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, para saber o estado dos aquíferos e lençóis freáticos e também para conhecer o estado das reservas de água para consumo humano e

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'S. Ávila' and the initials below it are 'L.A.'.

consumo animal, concluiu que o Município de Ponta Delgada, fruto dos investimentos feitos nos reservatórios, tem as reservas de água acima dos limites legais estabelecidos. A outro nível, relativamente ao fornecimento da água para consumo animal, da responsabilidade da Região e do IROA, a leitura não é a mesma, mas apesar de se tratar de situações diferentes, dentro do perímetro agrícola municipal a autarquia tem conseguido suprir essa dificuldade através dos SMAS. Assinalou ainda a importância da medida de prescindir da transferência de um milhão de euros, em 2014, para uma boa e otimizada transição entre o Pró-Convergência e o tão desejado Plano Operacional, como já fora referido, uma vez que, concluiu, o que foi realizado em 2014 não será elegível, contrariando inclusive as expectativas iniciais.

**DEBATE DO PONTO 11 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO REFERENTES AO ANO DE 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL E DO PONTO 13 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018 E 1ª REVISÃO AO PAM – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS 2015-2018**

Começou por intervir a Senhora Deputada Conceição Arruda, destacando, numa primeira análise, que as contas agora apresentadas refletem o bom trabalho e o empenho do executivo em realizar um trabalho marcado pela eficácia e também pela eficiência, num ambiente de muita transparência e rigor. Uma vez que para 2014 havia o objetivo de uma ação concertada no reforço das políticas de sustentabilidade nos aspetos económicos e sociais, verifica que esses objetivos foram amplamente alcançados. Fazendo uma análise mais detalhada, realçou, no PPI, a realização total de 81,8%, contra 47,10% em 2013. No PAM, a taxa de execução ascendeu a 88,7%, contra 60,33% em 2013. A nível orçamental, as despesas totais ascenderam a 34,8 milhões de euros, com uma execução de 91,51%, contra 64,2% em 2013. A nível económico-financeiro, o ativo da CMPD ascendia no final do ano a 248,3 milhões de euros, mais 6,6% do que em 2013. Relevou ainda a continuação da regularização do

inventário, o facto de a participação fixa do IRS relativa a 2009 e 2010 continuar por receber e as amortizações extraordinárias e redução dos prazos de pagamentos a fornecedores, o que revela a preocupação em cumprir compromissos, a par de uma boa gestão de Tesouraria. A concluir, quis dar uma nota positiva para os resultados líquidos positivos.

Na intervenção que se seguiu, o Senhor Deputado António Lima saudou a inclusão dos projetos vencedores do Orçamento Participativo bem como outros projetos evidenciados no relatório, tais como a aquisição de viaturas para a recolha de RSU, ou as obras de beneficiação e ampliação de escolas, mas disse ter algumas dúvidas quanto à importância de outros, como por exemplo a estatuária no aeroporto ou o parque de estacionamento na Rua Direita de Santa Catarina e na Rua Padre Serrão, ressaltando que são merecedores de reserva, embora não tenha conhecimento dos respetivos projetos. No caso dos estacionamentos fundamentou a sua crítica no argumento de que é desaconselhável facilitar a concentração de mais carros para aquelas zonas, sobretudo o caso da Rua Padre Serrão, até porque Ponta Delgada não tem sequer ainda um terminal de camionagem, para além da Avenida Marginal, que não é obviamente o melhor local para esse efeito.

O Senhor Deputado Sérgio Ávila pediu em seguida a palavra para sinalizar a incoerência da posição manifestada pelo Senhor Deputado António Lima relativamente à Central de Camionagem, uma vez que este foi um assunto que teve a oposição o Bloco de Esquerda quando foi proposto em Assembleia Municipal.

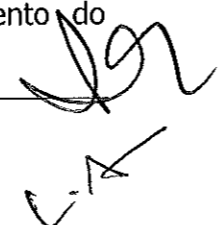
O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para se pronunciar sobre os pontos 11 e 13 da Agenda de Trabalhos. Começou por agradecer a análise criteriosa e independente da Senhora Deputada Conceição Arruda, na qual registou o apontamento positivo através de uma explanação detalhada do que é prioritário para o projeto político do executivo camarário na execução do orçamento. Procedendo, em seguida a uma leitura comparada, destacou, como comprovativo da consolidação

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'L. A.' with a stylized flourish above it.



da estratégia seguida, os números relativos aos últimos anos. Assim, em termos de execução orçamental, relevou, para o ano de 2011, uma taxa de execução da Receita de 65%, para o ano de 2012, 71,5%, para o ano de 2013, 74,2%, e, finalmente, em 2014, uma execução de 91,5% face ao que estava orçamentado. Ao fazer esta leitura, também fez questão de lembrar que estes resultados foram conseguidos apesar de haver um fator penalizador para os anos anteriores, resultante da exigência legal de que a Receita fosse estimada com base na média dos últimos anos, quando era sabido que nos encontrávamos numa espiral recessiva. Do lado da Despesa, em 2011, foi realizado 64,2%, em 2012, 69,7%, em 2013, 73,1%, e em 2014, 89,4%. Outro dado que quis salientar foi o facto de se ter prescindido da transferência de um milhão de euros dos SMAS, e ter sido possível, ainda assim, garantir um excedente necessário para uma amortização extraordinária da dívida bancária do Município. Assim, a par do cumprimento integral do serviço da dívida, que em 2014 perfez o valor de 1,8 milhões de euros, foram amortizados de forma extraordinária dois empréstimos, um de 1.112.558,44 euros e outro de 105 mil euros, com as vantagens inerentes a um menor custo do dinheiro que agora se verifica. Com mais esta amortização, a diminuição total do passivo foi de cerca de 3 milhões de euros.

Salientou em seguida alguns dados que considerou relevantes para uma análise económico-financeira: em primeiro lugar, o aumento do resultado líquido do exercício em 64,45%. Quanto ao aumento de 11,3% no Passivo face a 2013, entendeu dever prestar uma justificação. Assim, relativizou este aumento por haver dados que não estavam inscritos à luz de uma nova prática de contabilidade que entendemos agora, por iniciativa própria, e segundo a orientação do ROC, evidenciar nas contas: O primeiro exemplo a que recorreu foi o empreendimento da Igreja Nossa Senhora de Fátima, construída por um privado no âmbito de uma cedência de taxas de compensação, as quais ascendiam a 1,5 milhões de euros. No entanto, apesar de estar já liquidado por compensação das taxas 1,5 milhões de euros, está ainda por liquidar, e isso depende da capacidade empreendedora e de investimento do



empresário/empreendedor, uma verba na ordem de 1.400 mil euros. Não é uma dívida mas é um encargo, frisou. É preciso apenas que haja geração de investimento que implique taxas de compensação. Como afirmou, reconhecem-se deste modo os encargos de forma transparente, ao passarem a estar inscritos nas Contas. O mesmo se passou com a Parquaçor, a empresa, que no âmbito dos credores de médio/longo prazo fez o investimento do parque de estacionamento subterrâneo da Avenida Infante D. Henrique. Existia essa dívida, visto que o parque de estacionamento está já construído há muito tempo, mas a mesma não estava inscrita no perímetro orçamental do passivo da Câmara. Passa a estar inscrita no valor de 6 milhões e 893 mil euros. A revisão do contrato na modalidade de pagamentos, que antes eram assegurados pela empresa Municipal Cidade em Acção, permitirá poupar 3,4 milhões de euros, através da substituição das prestações crescentes por prestações constantes, tal como foi debatido e votado nesta Assembleia. Acrescentou a estes exemplos a inscrição do encargo devido à compensação indemnizatória à UTC, que contribuiu igualmente para o aumento do Passivo. Mas se por um lado há este aumento no Passivo, referiu, houve uma diminuição de 13% nos empréstimos bancários, ou menos 3 milhões e 53 mil euros. Justificou também o aumento de 52,83%, euros na rubrica "fornecedores", correspondente a mais 459 mil euros, com o pagamento de faturas em novembro e dezembro, e não no ano seguinte, como era prática anterior. Louva, por esse facto, e reconhece, o trabalho e o empenho dos colaboradores da DGF1, que tornaram possível efetivar esses pagamentos ainda em 2014. Fez ainda referência ao aumento dos custos com pessoal, decorrente do pagamento da remuneração complementar aos trabalhadores do Município. Já no que respeita à alteração orçamental e ao PPI, saudou o esforço do Departamento de Obras, Mobilidade e Equipamentos, que soube sinalizar os projetos e elementos candidatáveis para acionar as candidaturas a Fundos Comunitários, adiantando que se está neste momento a fazer o estudo do que é elegível para potenciar novas candidaturas, e aproveitou para revelar a existência de muitas dúvidas por parte dos municípios quanto à interpretação de certos eixos sobre o que é ou não é candidatável.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'L.A.' with a flourish above it.

Tendo decorrido o debate dos pontos 9 a 13, de forma agrupada, e tendo sido descritas as intervenções referentes aos mesmos, apresentam-se em seguida os pontos 9 a 13, apenas com as deliberações da assembleia, após terem sido colocados à votação, individualmente.

#### **PONTO 9 – SMAS - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DE 2015**

Em cumprimento da deliberação camarária de 16 de fevereiro de 2015, foi presente o Ofício 3522/2015, da Câmara Municipal, de 16 de fevereiro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de distribuição de resultados transitados dos SMAS ao Município de Ponta Delgada, nos termos da alínea i) do art.º 14.º do regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e em conformidade com o ponto 2.7.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, no montante de 1.115.000 euros (um milhão e cento e quinze mil euros).

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a distribuição de resultados transitados dos SMAS ao Município de Ponta Delgada, nos montantes propostos. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

#### **PONTO 10 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2014 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7707/2015, da Câmara Municipal, de 16 de abril, submetendo à Assembleia



Municipal, para apreciação, os Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, bem como a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício, para aprovação, elaborados de acordo com Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL e suas alterações.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia, após apreciação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS, Movimento Santa Clara Vida Nova e a abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a respetiva proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no n.º 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

#### **PONTO 11 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO REFERENTES AO ANO DE 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7716/2015, da Câmara Municipal, de 16 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para apreciação, os Documentos de Prestação de Contas e o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, referentes ao ano de 2014, da Câmara Municipal, bem como a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício, para aprovação, elaborados de acordo com Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL e suas alterações.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia, após apreciação dos Documentos de Prestação de Contas e Inventário referentes ao ano de 2014, da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD e Movimento Santa Clara Vida

Nova e a abstenção do PS e do Bloco de Esquerda, aprovar a respetiva proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

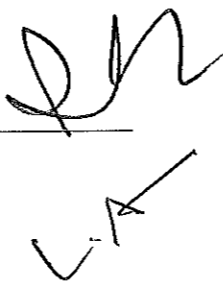
Apresentou declaração de voto o Grupo Municipal do Partido Socialista, previamente redigida, e que foi lida pelo Senhor Deputado Hélder Borges, a qual a seguir se transcreve na íntegra, por não ter sido entregue documento escrito que pudesse integrar a Ata como anexo.

“Numa apreciação a um documento com a relevância que esta prestação de contas merece, o Grupo Municipal do PS não se esconde atrás de um discurso redondo nem tão pouco da crítica pela mera crítica. Por esta razão, a análise efetuada foi feita com a seriedade e rigor que pautam a conduta do PS nesta Assembleia. Dito isto, reconhecemos que o documento ora apresentado reflete um esforço por parte do executivo camarário em acatar algumas das preocupações já expostas pelo PS aquando da análise às contas de 2013, designadamente no que concerne à taxa de execução, quer do orçamento quer do Plano Plurianual, o qual, registamos com agrado e satisfação que atingiram taxas de execução de 91,5% e 81,8% respetivamente. Não podemos também deixar de evidenciar como positiva a amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, o que, em boa medida, decorre do que é imposto pela Lei das Finanças Locais, obrigando as autarquias a realizarem este esforço, o que é meritório da parte do Município de Ponta Delgada. Porém, a análise do Relatório e Contas revela igualmente motivos de preocupação. Desde logo, no que respeita ao aumento da dívida de médio/longo prazo a “Outros credores”, que aumenta em 131%, bem como a dívida de curto prazo, que aumenta 69%. Ainda que o Grupo Municipal do PS tenha consciência que por um lado este aumento se deve a uma diferente política de contabilização, como já foi dito, mais

rigorosa e transparente, como sempre temos exigido, por outro lado, e porque os reflexos do passado se refletem no presente, o Relatório e Contas não deixa de refletir um aumento do passivo da autarquia em 11%, como já foi dito. O que, em termos absolutos, representa mais 7.788.229,51 cêntimos. Resulta, assim, como se pode verificar pela análise deste relatório, que entre amortizações e aumento de passivo e dívidas de curto e médio/longo prazo assistimos a uma diminuição dos rácios de liquidez geral e reduzida, o que pode acarretar dificuldades para a autarquia conseguir fazer face aos compromissos de curto prazo já assumidos ou que possa vir a assumir. Finalmente, é de realçar a observação efetuada pelo Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal de Ponta Delgada, o qual dá especial enfoque, no seu parecer, à sobrevalorização do Ativo e dos Fundos Próprios, em 1.551 mil euros. E mesmo ponderando o facto do Resultado Líquido do exercício ser substancialmente inferior a este valor, e considerando inclusive que a sobrevalorização possa resultar de uma diferente forma de contabilização, como já foi referido, mesmo assim não podemos deixar de considerar que estamos perante uma situação merecedora do nosso acompanhamento e fiscalização atentos. Desta feita, e assim sendo, considerando o relatório e respetivos documentos no seu todo, e no exercício lógico, frontal e imbuído de crítica construtiva, o Grupo Municipal do PS decidiu abster-se na votação do Relatório e Contas 2014.”

O Senhor Deputado Sérgio Ávila fez em seguida uma interpelação à Mesa da Assembleia, com um protesto por o Grupo Municipal do PS ter sido excedido o tempo regimental para a apresentação da declaração de voto, e questionando, ao mesmo tempo, os termos em que foi apresentada, bem como a sua validade enquanto declaração de voto.

Também apresentou declaração de voto o Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Jorge Macedo, a qual fica igualmente transcrita integralmente nesta Ata, por razões de igualdade, apesar de não resultar de um documento redigido previamente.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J.M.' and the initials below it are 'L.A.'.

“Rigor, transparência, uma estratégia e opções claras, foi aquilo que é possível ver nos documentos que agora acabámos de analisar, debater e votar. Mas queria registar que o voto do PSD nestes documentos também refletem o facto do Senhor Presidente, e o seu executivo, nunca se esconderem atrás de alterações de estratégia quando as estratégias, por opções políticas deste executivo, são alteradas. O que significa uma transparência e uma clareza que nós registamos. E fazemos votos que o desempenho desta Câmara Municipal, com a transparência e com a clareza nas contas, permita que no próximo ano e nos anos futuros, esta Assembleia possa, com os contributos de todos, continuar a debater de modo positivo, com críticas mas positivo, tal como aconteceu até agora, com espírito construtivo. E eu julgo que foi isso também que se passou na discussão destes dois pontos, nomeadamente o ponto 11 e 13, segundo o nosso acordo de discussão conjunta, pese embora esta declaração de voto seja apenas relativa ao ponto 11.”

**PONTO 12 – SMAS – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2015 E 1ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7693/2015, da Câmara Municipal, de 16 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2015 e a 1ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2015-2018, dos Serviços Municipalizados, aprovadas na reunião de 25 de março do Conselho de Administração dos SMAS.

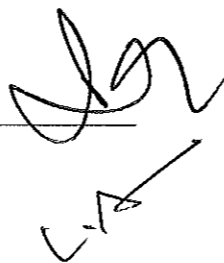
Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova e a abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2015 e a 1ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2015-2018, dos Serviços Municipalizados, nos termos propostos. A presente deliberação assume

eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

**PONTO 13 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018 E 1ª REVISÃO AO PAM – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS 2015-2018**

Em cumprimento da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, foi presente o Ofício 7898/2015, da Câmara Municipal, de 17 de abril, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2015-2018 e a 1ª Revisão ao PAM – Plano de Atividades Municipais 2015-2018, da Câmara Municipal, de acordo com o estipulado no ponto 8.3.1.3 e na alínea a) do ponto 8.3.1.4 e 8.3.2.2, do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, e suas alterações.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova e a abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2015-2018 e a 1ª Revisão ao PAM – Plano de Atividades Municipais 2015-2018, da Câmara Municipal, nos termos propostos. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.





Apresentou declaração de voto ao ponto 13 o Bloco de Esquerda, através do Senhor Deputado António Lima, a qual ficará anexa à presente Ata, dela fazendo parte integrante, por ter sido entregue cópia para esse efeito.

**PONTO 14 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS**

Em cumprimento da deliberação camarária de 27 de abril de 2015, foi presente uma informação, pelo Senhor Presidente da Câmara, para ratificação, pela Assembleia Municipal, da adesão do Município de Ponta Delgada à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), nos termos da proposta do Conselho Local de Educação, na reunião plenária de 18 de abril de 2015. Tal como havia sido anunciado no início da sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação que este ponto, trazido em mão pelo Senhor Presidente da Câmara, e a pedido deste, fosse admitido na Agenda de Trabalhos, nos termos do art.º 43.º do Regimento da Assembleia, tendo a Assembleia aprovado, por unanimidade, a inclusão do ponto 14 - Adesão do Município de Ponta Delgada à Associação Internacional das Cidades Educadoras.

Como introdução a este ponto, o Senhor Presidente esclareceu que se tratava do processo de adesão de Ponta Delgada à Associação Internacional das Cidades Educadoras, o qual, nos termos da Lei, carece de ratificação pela Assembleia Municipal, para eficácia imediata, e passou à leitura de um texto contendo a mesma informação que acompanhou este assunto na referida reunião de câmara e que a seguir se transcreve: "Houve uma proposta do Senhor Presidente do Conselho Local de Educação, que numa reunião que se realizou a 18 de abril, e conhecedor da Carta das Cidades Educadoras, propôs ao Conselho Local de Educação um parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade e aclamação, para a adesão do Município de Ponta Delgada à Associação Internacional das Cidades Educadoras que



congrega atualmente 458 cidades em todo o mundo, entre as quais se encontram 54 municípios que compõem a rede territorial portuguesa das cidades educadoras.”

O Senhor Deputado Ricardo Cabral pediu a palavra para transmitir o acordo do Grupo Municipal do PS a esta decisão, por considerar esta adesão uma oportunidade para os educadores motivarem a comunidade para a evolução positiva das possibilidades educadoras, do potencial formativo da cidade e da partilha de conhecimentos entre instituições. Pediu no entanto alguns esclarecimentos adicionais, nomeadamente sobre os objetivos, o que é que se pretende dinamizar e que ações estão previstas. Aproveitou para deixar o alerta de que não se repita o insucesso da adesão à Fundação Serralves e cujo resultado foi nulo.

Ato contínuo, tomou a palavra Presidente da Câmara para agradecer, em primeiro lugar, a compreensão pela inclusão do ponto na agenda, possibilitada pela aprovação unânime do pedido. Quanto ao processo de adesão, reiterou o esclarecimento de que a proposta resultou de uma deliberação do Conselho Local de Educação, de 18 de abril. Lembrou igualmente que Ponta Delgada, com esta iniciativa, torna-se uma cidade pioneira nos Açores, no âmbito da Rede Internacional de Cidades que aderiram à AICE, e deixou os votos de que outras cidades possam aceder. Acentuou o caso da cidade de Barcelona, que é reconhecida como um paradigma neste domínio, e assegurou que tudo será feito para que também Ponta Delgada possa desempenhar o seu papel numa perspetiva inspiradora.

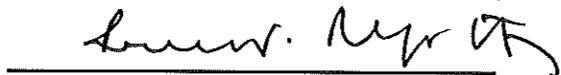
À margem deste assunto, o Senhor Presidente da Câmara aproveitou o momento para esclarecer algumas questões colocadas aquando do debate em momentos anteriores e ainda não respondidas. Assim, quis garantir ao Senhor Deputado Carlos Barbosa, sobre o problema do centro de acolhimento, que irá transmitir essa preocupação ao Governo Regional, o mesmo dizendo sobre o problema da localização da administração de metadona colocado pelo Senhor Deputado António Canotilho. Também em resposta a problemas levantados pelo Senhor Deputado António Canotilho, relativamente ao problema resultante das comemorações do 25

de abril e da utilização das Portas da Cidade, mostrou-se satisfeito por ficar registada a posição da Assembleia Municipal sobre esta matéria, legitimando assim eventuais medidas a tomar pela Câmara Municipal para proibir a utilização daquele espaço, nomeadamente via o indeferimento dos pedidos. Sobre as questões das coberturas das campas, assegurou que o assunto será analisado pontualmente, ressalvando no entanto que se trata de um aspeto regulamentar, mas que o Município, nesta como noutras matérias, está sempre disponível para todas as aporções.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, ratificar a adesão do Município de Ponta Delgada à Associação Internacional das Cidades Educadoras, nos termos propostos. A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

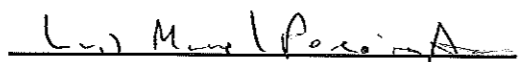
Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por quem a lavrou, nos termos da Lei.

**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**



***Francisco Rêgo Costa***

**O Relator**



***Luís Manuel Pereira Ascenso***

## ANEXOS

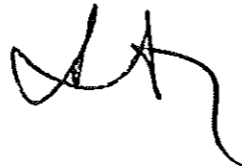
- Votos de louvor e congratulação, votos de pesar e recomendações (por ordem de inscrição e votação).
- Declaração de voto do Bloco de esquerda ao Ponto 13 - 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2015-2018 e 1ª revisão ao PAM – Plano de Atividades Municipais 2015-2018

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'L. A.' with a flourish above it.

VOTO DE PESAR

*apuro do Sr. Humberto Silva*

*28.11.2015*



Os cidadãos que ao longo das suas vidas contribuíram de forma especial para o bem comum e para o desenvolvimento das suas comunidades, quer em termos culturais, quer em termos sociais e económicos, merecem sem qualquer dúvida que o seu exemplo de vida seja reconhecido pelos seus pares e pela sociedade em geral.

Este reconhecimento representa que estes cidadãos são exemplo de vida, referências para as gerações futuras, contributos para a melhoria da qualidade de vida da sociedade nas gerações que se lhes sucedem.

O cidadão Sr. HUMBERTO SILVA foi um destes exemplos.

Durante mais de uma década, há mais de cinquenta anos, foi exemplar Presidente de Junta da Freguesia da Fajã de Baixo, onde pelo esmerado desempenho das suas funções, prestou um significativo serviço cívico na sua comunidade, facto que lhe mereceu há dois anos ver o seu nome atribuído a uma das ruas da freguesia da Fajã de Baixo.

Foi também ao longo de toda a sua vida um importante, arrojado e visionário empresário, tendo desenvolvido os seus negócios na área da agricultura, nomeadamente:

- Na produção e comercialização do fruto-rei, ex-libris da sua freguesia e da sua região, o Ananás dos Açores/São Miguel;
- Na suinicultura, sendo um dos principais produtores do nosso mercado.
- Na pecuária, com uma importante exploração de bovinos, negócio que o levou a extravasar as fronteiras da nossa Região, expandindo o mesmo até ao continente português.

Foi também um importante industrial, tendo constituído na região, mais concretamente no concelho da Lagoa uma fábrica de rações para animais.

  
*L.A.*

Também na área comercial está ligado ao comércio do pronto-a-vestir para bebé e criança, através da loja "Guinor", localizada no centro de Ponta Delgada.

Até ao dia da sua morte, altura em contava com mais de noventa anos de idade, o Sr. Humberto Silva esteve sempre à frente dos seus negócios, diariamente presente na sua empresa a trabalhar.

No conjunto dos seus negócios, gerou emprego para algumas dezenas de trabalhadores, prestando assim um importante contributo para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego na sua freguesia, na sua região e no seu país.

O Sr. Humberto Silva é assim merecedor que esta Assembleia reconheça o seu legado como homem de família, como cidadão, como empresário e como empreendedor, importante exemplo de cidadania para as gerações futuras.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a bancada do Partido Social Democrata propõe a esta Assembleia a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Humberto Silva.

Ponta Delgada, 27 de Abril de 2015

A Bancada do PSD

João Paul Almeida, Paed  
Rodrigues

Sérgio Avelar

M. Almeida





Aprovado por unanimidade

28.4.2015

### Voto de louvor

As atletas do Clube União Sportiva acabam de entrar para a história do basquetebol açoriano, ao derrotar o CAB Madeira por 70-85 na última jornada da Fase Final da Liga Feminina.

A equipa liderada por Ricardo Botelho torna-se, assim, na primeira equipa açoriana a vencer a Liga Feminina de basquetebol.

A Equipa de Basquetebol Feminino do União Sportiva é campeã nacional, o que muito nos orgulha.

Esta grande vitória merece o reconhecimento público porque transporta o desporto que se faz em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel e nos Açores em geral para o todo nacional.

Trata-se de uma vitória ainda mais saborosa, tendo em conta que a equipa, que agora é campeã nacional, foi formada bem recentemente.

Este é mais um valor açoriano no desporto que merece ser realçado.

De referir que, durante muitos anos, o Clube União Sportiva participou em torneios de futebol, mas atualmente conta apenas com a modalidade de basquetebol, masculino e feminino, em todos os escalões.

Atualmente é Presidente do Clube Sérgio Santos e Coordenador Técnico Ricardo Botelho.

O clube foi fundado a 1 de Janeiro de 1921 com o nome União Sportiva dos Empregados do Comércio.

Era um influente núcleo desportivo da Associação de Classe dos Empregados do Comércio de Ponta Delgada, organização que surgiu na sequência da reestruturação da Associação de Classe dos Empregados de Comércio e Indústria do Distrito Oriental dos Açores, cuja existência remonta a 1907.

Apenas a 11 de Agosto de 1922, após Assembleia-geral a equipa passou para a atual designação.

Estiveram envolvidos na fundação do Clube nomes como Manuel Inácio de Melo, José Joaquim de Sousa, Ângelo do Rego Quintanilha, Jeremias da Costa, entre muitos outros.

O Clube União Sportiva é membro fundador da Associação de Futebol de São Miguel desde 1923. Venceu o campeonato de ilha em cinco edições, na década de 1920 e ainda em 1959/60.

Durante muitos anos, o Clube utilizou o Estádio Margarida Cabral na Rua de Lisboa, agora votado ao abandono.

Na década de 1980, um incêndio destruiu muito do legado histórico do Clube União Sportiva, incluindo documentos e troféus.

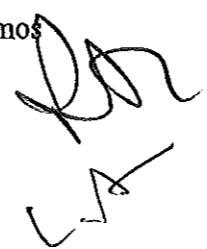
Na época 2012/2013 as equipas seniores masculina e feminina disputaram os campeonatos nacionais: os masculinos a CNB2-Série Açores, quarta divisão nacional, e a equipa feminina a 1ª Divisão, que é o campeonato abaixo da Liga Feminina.

Esta temporada fica marcada pelo título de campeão nacional da 1ª Divisão depois de baterem na final o Grupo Desportivo Escola Maria Alberta Menéres por 3-2.

Considerando que a Equipa de Basquetebol Feminino do União Sportiva é campeã nacional;

Considerando que se trata de um grande feito desportivo, sobretudo quando estamos perante uma equipa recentemente criada;

Considerando que o mesmo feito é um orgulho para o desporto açoriano;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'ROR' and the initials below it are 'LA'.



Considerando ainda o facto desta equipa pertencer a um grande clube de Ponta Delgada que merece, no cômputo geral, o nosso maior reconhecimento público;

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada, a aprovação de um voto de louvor por este grande feito da equipa feminina do Clube União Sportiva. Do mesmo será dado conhecimento aos responsáveis do Clube e às atletas campeãs nacionais.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2015

Carla Beirão

O Grupo Municipal do PSD

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



Grupo Municipal do Partido Socialista

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube União Sportiva

Campeão da Liga Feminina de Basquetebol

A equipa feminina do Clube União Sportiva sagrou-se no passado fim-de-semana campeã nacional da Liga Feminina de Basquetebol, a maior e a mais importante prova do País.

O União Sportiva venceu com brilhantismo, no passado domingo, a equipa do CAB Madeira, na final disputada no Pavilhão Sidónio Serpa, perante um pavilhão cheio de adeptos e adeptas, que aplaudiram do primeiro ao último minuto.

O seu dedicado e competente Coordenador Técnico Açoriano, Ricardo Botelho, levou as suas atletas e o Clube União Sportiva a uma grande vitória que orgulha muito as Açorianas e os Açorianos.

Um título relevante para o desporto Açoriano, fruto do trabalho e dedicação de todas as suas atletas, da persistência e profissional equipa técnica e dos incansáveis dirigentes do Clube União Sportiva.

Este título fica para a história do Desporto Açoriano, por ser o primeiro de uma equipa Açoriana a vencer a prestigiada Liga Feminina de Basquetebol.

Está assim aberto o caminho para voos mais altos e novas conquistas, motivando a formação desportiva de excelência dos nossos novos atletas, contribuindo para elevar o desporto Açoriano.

Uma referência especial ao seu Presidente, Sérgio Santos e a toda a sua equipa diretiva que conseguiram gerir com responsabilidade o clube e souberam dar todas as condições para que este momento histórico acontecesse, para o Clube União Sportiva e para o orgulho do Desporto Micaelense e Açoriano.

*Afirmado por unanimidade de*

*28.6.2015*



Grupo Municipal do Partido Socialista

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

O palmarés do desporto Açoriano ficou mais rico com esta importante conquista da principal Liga Feminina de Basquetebol Nacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada a aprovação de um voto de congratulação ao Clube União Sportiva, pela conquista do título nacional da Liga Feminina de Basquetebol, reconhecendo o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto do concelho de Ponta Delgada e da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Ponta Delgada, 28 de Abril de 2015

Os Deputados Municipais do Partido Socialista

*Priscaropo Manuel Viana Coluf*  
*André Esteves*

apoiada com a vitória  
dos PE e PE e LNDV-ST  
classe - Voto N.º, e  
a sistema do PSD



25.4.2015

## VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E 1º DE MAIO

Comemorar Abril, hoje, 41 anos depois do 25 de Abril é manter viva a memória de todos os que lutaram contra o fascismo, contra uma guerra colonial injusta e insustentável, contra a carestia de vida, os baixos salários, o desemprego e a perseguição política. A luta de classes criou condições para a degradação do regime.

O 25 de Abril tornou o trabalhador cidadão e consagrou a implantação da democracia. O 1.º de Maio de 1974 revelou a aspiração de mudanças profundas, concretizadas nas conquistas de Abril que foram os alicerces do Estado Social, apoiado na saúde e educação gratuitas e universais e na segurança social, e lançaram a luta pelo pleno emprego.

O poder local tornou-se finalmente democrático e autónomo, passando a exprimir a vontade dos cidadãos na gestão dos assuntos da esfera de interesse local.

Conquistaram-se as autonomias regionais que consagraram o auto-governo dos Açores e da Madeira pelos respetivos povos com ganhos inquestionáveis para o desenvolvimento das Regiões Autónomas e para o próprio desenvolvimento da democracia.

Conquistou-se o salário mínimo nacional, o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical e consagrou-se uma nova forma de organização do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

41 anos depois do 25 de Abril de 1974 e do primeiro 1º de Maio em Liberdade, 40 anos após as primeiras eleições livres e democráticas para a Assembleia Constituinte, temos a democracia agrilhoada pelas políticas de austeridade que são impostas por todos os órgãos de governo, colocando em causa as funções sociais do Estado e consequentemente o futuro das pessoas.

A ofensiva da austeridade, esse programa neoliberal, apoia-se num amplo plano de privatizações, que só terminará quando nada mais houver para privatizar; facilita os despedimentos, flexibiliza a legislação laboral e ataca a negociação e contratação colectiva para facilitar despedimentos e promover uma escalada de desemprego e precariedade sem precedentes; impõe o roubo de salários e pensões; provoca o empobrecimento em larga escala, transferindo rendimentos do trabalho para o capital como é claro exemplo a insistência da baixa da TSU (Taxa Social Única) para as empresas por parte do governo PSD/CDS, a maior ameaça de sempre à sustentabilidade da segurança social.

Em alternativa a este plano de destruição do Estado Social, coloca-se a necessidade da reestruturação da dívida, em rutura com as políticas de austeridade e o Tratado Orçamental da UE, como resposta urgente à crise social e económica e ao desemprego.

Nos ásperos tempos que atravessamos, Abril é tempo de luta e de esperança que se projecta no 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores.

A lírica de Sérgio Godinho traduz na perfeição o espírito e o conteúdo das principais conquistas de Abril.

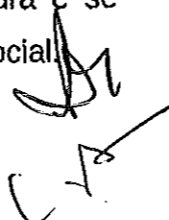
**“Só há Liberdade a sério quando houver a Paz, o Pão, Habitação, Saúde, Educação, quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir...”.**

**Assim, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, em sessão ordinária de 28 de Abril de 2015, delibera:**

1 – Saudar o 41º aniversário da Revolução, o 40.º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte e o 1.º de Maio como jornadas pelos valores de Abril, pelo direito ao trabalho com direitos e pela democracia plena.

2 – Reconhecer que as comemorações destas datas históricas têm a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social.

Enviar a:



- Partidos Políticos representados na ALRAA,
- Associação 25 de Abril
- Centrais Sindicais
- Comunicação social regional

*[Handwritten signature]*



*Apresentado por Assembleia  
24.4.2017*  
*[Handwritten signature]*

## **Voto de Congratulação pela passagem de mais um aniversário do 25 de Abril**

Acabamos de celebrar mais um aniversário do 25 de Abril, mais um momento que acorda a memória daquela manhã em que acordamos com borboletas a esvoaçar dentro do peito Abriam-se as portas da liberdade, um dos valores mais estimáveis da humanidade e abriam-se igualmente as portas da democracia um dos assuntos que nos faz estar aqui hoje nesta Assembleia.

E, aqui peço licença, para dar a palavra à poeta Natália Correia, natural deste concelho, que escreveu no seu livro intitulado "Não Percas a Rosa": "...São 6h45. As marchas militares são cortadas pelo emissor do comando das forças Armadas e inicia-se uma transmissão de canções proibidas. A minha comoção atinge o auge quando ouço cantar um poema em que desabafei o meu nojo pelos ratos da censura salazarista: "Queixa das almas jovens censuradas" ... tudo isto é exaltante porque em tudo isto se desprende para mim o canto livre de Afrodite, que em ondas de ouro, se propaga na cidade.

Abro a janela. Rompe a Estrela da manhã.

No dia 27, Natália acrescenta: Enchem-se as ruas de júbilo. Destemem-se os corpos. Apertam-se mãos desconhecidas. Trocas de sorrisos e cravos gravam a marca da liberdade nesta hora de prata. Não vá ela fugir. Munificentes, os seios das mulheres despejam-se nos olhos encadeados dos soldados. Em suas figuras de espanto plasma-se o assombro de crianças que abrissem uma caixa de brinquedos e de dentro saísse uma coisa colossal que as transcende que lhes põe a cabeça a girar. Não atinam com a razão da oferenda aluvial de flores com que as mulheres os aspergem. Enfiam-nas nos canos das metralhadoras que não dispararam um tiro e entram na festa estonteados por uma rajada de hossanas que, sem motivo que saibam, os arrebatam. A agitação do povo pelas ruas faz pensar num animal manietado, que, na sombra, durante séculos olfatasse a liberdade.

Passados 41 anos, cabe-nos a nós todos obreiros desse futuro então esboçado continuar a lutar pelos valores da liberdade e mais àqueles que fazedores de política - da coisa pública - pelos do da democracia que vai muitas vezes perdendo a Rosa, em nome de valores que apenas se prendem com



mesquinhez das coisas pequenas e individuais. Cabe-nos a nós, herdeiros de eleição desta revolução levar novamente o povo ao entusiasmo de votar, como o fez nas eleições para a Constituinte, cabe-nos a nós perceber que a nossa herança é valiosa e que só uma acção correcta e brilhante por parte de todos pode honrar os valores de Abril.

Nesta hora de memórias, não consigo deixar de pensar em Natália Correia, de chicote em punho, zurzindo os vendilhões da democracia e da liberdade. Infelizmente muito do que hoje se passa, como diria a poetisa, ofende o belo e faz empalidecer a estrela da manhã.

Ponta Delgada, 28 de Abril de 2015

O Grupo Municipal do Partido Socialista  
na Assembleia Municipal de Ponta Delgada,

*Jesica Foue'*

*[Handwritten signature]*





*Apresentação comemorativa  
28.4.2015*

## Voto de Saudação Pelo 41º aniversário do 25 de Abril de 1974

À meia-noite e vinte e um minutos do dia 25 de Abril de 1974 ouve-se no programa *Limite*, a segunda senha que desencadeará a operação "Fim Regime". Leite de Vasconcelos lê, aos microfones da Rádio Renascença, os primeiros versos de uma música que em seguida é posta a rodar no prato do gira-discos. É a canção de Zeca Afonso e que se tornou o hino da reconquista da liberdade em Portugal. É a *Grândola Vila Morena*.

À 01:30 horas dessa manhã que ficaria para a História, o capitão Fernando Salgueiro Maia dá ordem para acordar todo o pessoal da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. Numa sala, discursa para os militares:

"Meus senhores: (...) há várias modalidades de o Estado se organizar. Há os Estados socialistas, os Estados capitalistas, e há o estado a que nós chegámos. De maneira que quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e vamos acabar com isto!"

Às 03:30 horas saem da Escola Prática de Santarém numa coluna blindada liderada por Salgueiro Maia, percorrendo cerca de 80 km até atingir os arredores de Lisboa. Pormenor caricato de uma coluna de revolucionários: o condutor do jipe de Salgueiro Maia chegou a parar num sinal vermelho...

Nesse dia, o povo Português uniu-se como poucas vezes antes o tinha feito, apoiando as iniciativas militares que decorriam no terreno. Os comunicados lidos aos microfones do Rádio Clube Português, situado na Rua Sampaio e Pina, iam mantendo informada a população. No entanto, foram inúteis os muitos pedidos então efectuados para que as pessoas se mantivessem em casa. Muito poucos o fizeram. Afinal, quem quer ficar em casa quando o bem mais precioso – a LIBERDADE – está prestes a ser reconquistado?

Na Ribeira das Naus, na Rua do Arsenal, no Rossio, ao longo da Rua Nova do Almada, da Rua Augusta e, finalmente, no Carmo – onde mais tarde o Governador Marcelo Caetano se renderia – um mar de gente vitoria os comandados de Salgueiro

*[Handwritten signature]*  
1



Maia com palmas e gritos de alegria. Mas, principalmente, com gritos de "Viva a Liberdade! Viva a Liberdade!"

A esta distância temporal, é difícil, senão impossível, para a actual geração, perceber a importância do 25 de Abril de 1974. Hoje, a liberdade parece-nos tão natural como o acto de respirar. Mas, em ditadura, não o era!

Melhor do que qualquer outro texto, ficam as palavras de Salgueiro Maia ao jornalista Adelino Gomes, seu antigo companheiro de liceu, quando este o interrogou junto da Estátua de D. José relativamente a quais os propósitos da revolução, instantes antes de avançarem para o Carmo:

"Não tiveste um problema devido a uns textos que disseste na Rádio? Estamos aqui para que ninguém mais tenha que ir para o estrangeiro por causa daquilo que pensa, diz ou escreve".

A instauração da democracia em Portugal passou por vicissitudes próprias de um processo revolucionário. Passou por muitos "baixios" difíceis. Houve muitas decisões erradas. Tomadas por todos os governos! Ainda hoje pagamos a factura desses erros! Como em tudo na vida, nem tudo são rosas...

Mas, valeu a pena!

Aquele já distante 25 de Abril de 1974 foi o dia em que a ditadura terminou em Portugal.

Foi o dia em que corajosos militares reinstauraram a democracia no nosso país

E foi o dia em que um povo unido sonhou e fez uma revolução com cravos nos canos das espingardas... Até nisto fomos diferentes!

Apetece, tal como há 41 anos, gritar emocionado: "Viva a Liberdade"! "Viva a Democracia"!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de Saudação pela celebração do 41º aniversário do 25 de Abril de 1974.

Ponta Delgada 26 de Abril de 2015



O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de P. Delgada

- Sígnia Aik
- Quero
- Grândico

  
3



*Afundo por unanimidade  
28.4.2011*

### Voto de Saudação

Ponta Delgada completou a 2 de abril, os 469 anos de elevação a cidade, homenageando 39 dos seus mais ilustres, ligados à Cultura e à Ciência.

Além dos dois Presidentes da Comissão Municipal de Toponímia, José Andrade e Rubens Pavão, a Câmara Municipal atribuiu os Diplomas de Reconhecimento Municipal a Aristides Âmbar, Maria Amélia Rebelo Arruda, Leonor Rebelo Arruda de Mendonza, Margarida Arruda Moura Machado, Maria Alice Rebelo Bicudo, Francisco José Dias e António Oliveira Rodrigues.

Receberam ainda os Diplomas de Reconhecimento Municipal António Silveira da Rosa, Cristiano Féris, José Bento Soares da Silva, João Brum Alvernaz, Emiliano Carneiro, Luís Amaral, Luís Horta, Manuel António Vasconcelos, Manuel Silveira Paiva, Teodoro Sousa Pedro e António Horácio Borges.

Ana Paula Andrade Constância, José Manuel Santos Narciso, Ângela Almeida, Banda Fundação Brasileira, Carlos Carreiro, Carlos Falcão Afonso, Eduardo Ribeiro Moura, Henrique Aguiar Rodrigues, Hermano Almeida Lima, João Maria Brum, José Maria Lopes Araújo, Luís Agnelo Borges, Isabel Albergaria, Mário Mesquita, Nestor de Sousa, Paula Raposo, Ricardo Ferreira, Victor Meireles e Manuel Tavares Arruda foram também homenageados pela Autarquia no dia Dia da Cidade.

A cerimónia pretendeu ser a celebração da toponímia da cidade e, sendo assim, teve início com o lançamento do livro "Ruas com Rosto -

*L. V. A. G.*

Dicionário Biográfico da Toponímia de Ponta Delgada (Volume I – Freguesias Citadinas)”, da autoria de José Andrade.

As comemorações dos 469 anos da elevação de Ponta Delgada a cidade tiveram início a 28 de março com a Festa TREMOR, no Centro Histórico.

O “Tremor” regressou à cidade de Ponta Delgada com muita música, workshops, criatividade e o inequívoco apoio da Autarquia.

O centro histórico da maior cidade açoriana encheu-se de música e gente com vários palcos alternativos, institucionais, lojas comerciais, bares, galerias, teatro, igrejas e, este ano, até o Coliseu Micaelense e o Mercado Municipal não ficaram de parte.

O objetivo foi o de confirmar esta marca da cultura açoriana, agraciada com menção de honra pela Assembleia Municipal da Câmara de Ponta Delgada e nomeada a melhor micro festival de música do ano nos Portugal Festival Awards.

Entretanto, a 31 de março foi inaugurada a exposição “Os Filhos de Ponta Delgada: Doze Personalidades”, na Biblioteca Municipal Ernesto do Canto. Hintze Ribeiro, Antero de Quental, Roberto Ivens, Teófilo Braga, Monsenhor José Gomes, António Câmara Medeiros, Luísa Constantina, Natália Correia, Ernesto Canto da Maia, Cardeal Humberto Medeiros, José do Canto e Rodrigo Rodrigues são as personalidades que preenchem esta exposição.

A 1 de abril, foi inaugurada a exposição de Pintura “O Sustento das Pedras”, de Luzia Lage, no Centro Municipal de Cultura.

#

Considerando que Ponta Delgada voltou a celebrar de forma digna a passagem de mais um aniversário da sua elevação a cidade;

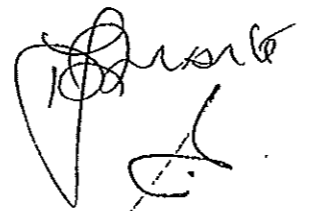
Considerando que a Câmara Municipal prestou uma justa e merecida homenagem a mais 39 figuras que contribuíram para o desenvolvimento social, científico e económico de Ponta Delgada

Considerando ainda que a Câmara Municipal está de parabéns por continuar a honrar a celebração do dia da nossa cidade;

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada, a aprovação de um voto de <sup>parabéns</sup> congratulação pelas iniciativas levadas a cabo pela Autarquia na passagem de mais um aniversário da cidade.

Ponta Delgada, 28 de abril de 2015

O Grupo Municipal do PSD

  
Sérgio A.C.





Afunda. p. Wenceslao  
28.4.2015

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No passado dia 23 de abril, data comemorativa do 67.º aniversário do Estado de Israel, reabriu ao público, totalmente recuperada, a única sinagoga existente nos Açores e a mais antiga do País, após a expulsão dos judeus de Portugal.

O projeto de arquitetura é da autoria do arquiteto micalense Igor França, o projeto de especialidade esteve a cargo do Gabinete 118 e a empreitada foi adjudicada à empresa Caetano e Medeiros Lda., enquanto que o programa científico do espaço museológico é da responsabilidade da historiadora Susana Goulart Costa, docente da Universidade dos Açores.

A Sinagoga de Ponta Delgada é composta por uma sala de culto musealizada, único museu judaico de Portugal, por uma Biblioteca de estudos hebraicos, por gabinetes de trabalho e por uma área para exposições, onde está patente uma exposição permanente dedicada à história das atividades desenvolvidas pelas famílias judaicas nos Açores. Na cerimónia de reinauguração foram recordadas, pelos intervenientes, não só a história do próprio edifício da Sinagoga e a história da comunidade judaica nos Açores, mas também, a importância da Sinagoga de Ponta Delgada na promoção do turismo religioso e cultural em Ponta Delgada e nos Açores. Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Dr. José Manuel Bolheiro referiu que «Vamos a partir de agora projetar internacionalmente esta aposta estratégica em termos turísticos para Ponta Delgada e para os Açores, porque a nossa certeza é a de que a Sinagoga pode ter um impacto turístico e cultural a nível nacional e internacional». Também, sobre a Sinagoga de Ponta Delgada, o Dr. José Carp, Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, referiu que «É a primeira vez que um museu retrata as raízes de uma Sinagoga, e isto é uma coisa única», e continuou «...e deve ser o primeiro



restauro de uma Sinagoga para o qual contribuíram mais não judeus do que judeus e acho isto fantástico». Por outro lado, o senhor Dr. José de Almeida Mello, coordenador geral do projeto de recuperação da Sinagoga e Presidente da Associação Cultural Amigos da Sinagoga, que com a sua dedicação e persistência muito contribuiu para que a recuperação da Sinagoga de Ponta Delgada se tenha concretizado, realçou a importância que aquele templo tem como um «símbolo de diálogo, de tolerância e de convivência inter-religiosa». A cerimónia inaugural contou com a presença de mais de 300 pessoas, entre as quais 80 vindas, propositadamente, dos Estados Unidos da América.

É de salientar que a família Bensaúde, assim como, Jorge Delmar ofereceram à Sinagoga de Ponta Delgada vários livros e documentos, entre os quais se encontram livros de ofícios religiosos e cartas da Azorean Synagogue Restoration Committee, vindo, deste modo, enriquecer o seu espólio.

A Sinagoga de Ponta Delgada, denominada Sinagoga Sahar Hassamain, que significa «Portas do Céu», foi fundada em 1836, por Abraão Bensaúde, juntamente com outros membros da comunidade judaica de Ponta Delgada, num edifício que passa despercebido, porque, segundo a legislação portuguesa da altura, era proibido que os templos não católicos tivessem símbolos no seu exterior.

A Sinagoga Sahar Hassamain prestou serviço religioso até à década de 1950 e desde 1970 estava votada ao abandono. Foi a 17 de novembro de 2009 que a Comunidade Judaica de Lisboa, proprietária do imóvel da Sinagoga, assinou com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, um protocolo, em que cedeu o edifício à autarquia por um período de 99 anos. Era então Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a senhora Dra. Berta Cabral.

A 28 de setembro de 2012 foi constituída a Associação Cultural dos Amigos da Sinagoga de Ponta Delgada e no mesmo ano, foi criada em





11

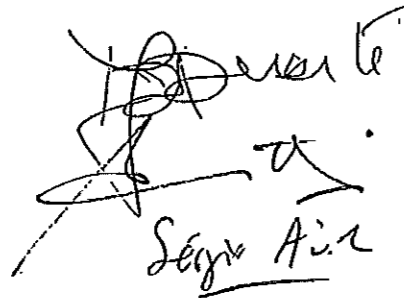
Massachusetts, a organização irmã, Azorean-Jewish Heritage Foundation, que angariou cerca de 70 mil dólares que foi empregue no restauro de móveis, na produção de um vídeo sobre a sinagoga e na aquisição de livros de oração e de equipamento informático.

A 26 de novembro de 2013 a Associação Cultural Amigos da Sinagoga assinou um protocolo com aquela fundação americana, tendo em vista a reabilitação do imóvel e a preservação da cultura hebraica nos Açores.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada a aprovação de um voto de congratulação à Câmara Municipal de Ponta Delgada, na pessoa do seu Presidente, senhor Dr. José Manuel Bolieiro, pela recuperação da mais antiga Sinagoga de Portugal, que contribui para a salvaguarda do nosso património cultural e religioso e da nossa história, preservando a memória hebraica nos Açores, assim como também, por ser uma oportunidade para a promoção do turismo religioso e cultural em Ponta Delgada e nos Açores.

Ponta Delgada, 28 de abril de 2015

O Grupo Municipal do PSD

  
Sérgio Azevedo





## **Voto de Congratulação pela inauguração da Sinagoga de Ponta Delgada**

Ponta Delgada conta deste o passado dia 23 de Abril com mais uma estrutura museológica que vem enriquecer o património histórico e arquitectónico desta cidade.

A Sinagoga "Porta do Céu", disponibilizada agora a um público mais vasto que não apenas a comunidade judaica que lhe esteve na origem, fica agora ali a atestar uma faceta nem sempre lembrada dos Açorianos em geral e dos habitantes de Ponta Delgada em particular, uma faceta que fala de tolerância e neste caso de tolerância pela diferença religiosa.

Quando no século XIX, Portugal voltou a ter condições de abertura para o regresso de muitos judeus que em tempos anteriores se tinham visto condenados ao exílio, alguns escolheram os Açores, porque não obstante, aqui se sentiam mais seguros. Ainda hoje e como foi salientado pelo responsável pela comunidade judaica portuguesa, a reconstrução desta Sinagoga constitui um caso único pois fica a dever-se ao esforço de pessoas que não pertencendo à comunidade nela se empenharam pelo amor ao património e preservação da memória histórica e cultural.

Congratulando-se com este facto, o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, gostaria de relembrar a proposta de reconstrução apresentada pelo Drº Paulo Casaca em 2009 que seria poucos meses depois retomada pela vereação eleita. Gostaria ainda o partido socialista de salientar o esforço de todos que colocaram de pé este projecto nomeadamente o da Associação dos Amigos da Sinagoga.

*Jesus Jesus'*

Ponta Delgada, 28 de Abril de 2015

O Grupo Municipal do Partido Socialista  
na Assembleia Municipal de Ponta Delgada,

*Aprovado por unanimidade  
28.4.2015  
L*

### Voto de Congratulação

O **Clube Karaté Shotokan da Relva** é uma associação sem fins lucrativos, com a sua sede na freguesia da Relva. Tem como objetivo a prática do karaté e de todas as atividades de divulgação desta Arte Marcial. Foi constituída a 18 de setembro de 2007.

Atualmente conta com praticantes nos diversos escalões de formação e um vasto palmarés a nível local, Regional e Nacional. Promoveu várias atividades locais e nacionais, como estágios, torneios e demonstrações.

No âmbito da sua atividade o clube tem participado em diversos campeonatos regionais, nacionais e internacionais, tendo os seus praticantes obtido classificações que dignificam o clube, a freguesia e o concelho.

Nos dias 28 e 29 de março, no Complexo Desportivo Manuel de Arriaga na Cidade da Horta, realizou-se o Campeonato Regional de Karaté destinado aos Escalões de Infantis, Iniciados e Juvenis. A prova foi organizada pela Associação de Karaté dos Açores e sob égide da Federação Nacional Karaté – Portugal.

O CKSR – Clube Karaté Shotokan Da Relva esteve presente com um grupo de 10 atletas que conseguiram alcançar um total de 11 medalhas, pelos atletas: Henrique Cordeiro, Pedro Ambar, Daniel Martins, Carlos Anselmo, Joana Sousa, Gonçalo Martins e Gonçalo Mestre.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, aprove este voto de congratulação pelos resultados obtidos pelo **Clube Karaté Shotokan Da Relva**. Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do clube Karaté Shotokan da Relva e aos atletas medalhados.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2015

Por os deputados Municipais

*António Cordeiro*  
*Ricardo Manuel Vieira Cabral*  
*[Signature]*



Apresenta a nota do mor. Est. de  
PS e AF e a intenção  
do PSD. 28.4.2015

Considerando que os Vereadores do PS-Açores, na Câmara Municipal de Ponta Delgada, apresentaram uma proposta que visa colmatar estas lacunas;

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, vem por este meio propor à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que recomende ao executivo em exercício que dê seguimento à proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista na reunião de Câmara do dia 6 de Março do presente ano, e abaixo descrita.

A proposta de **Criação de Instalações de Apoio à Família** apresentada, envolve duas formas a primeira é constituída por uma unidade modular transportável, que comporta um espaço de amamentação, uma zona de refeições infantis, uma instalação sanitária adaptada para crianças, uma instalação sanitária para pessoas com mobilidade condicionada e um espaço para um funcionário, cuja maquete se encontra em anexo.

Esta solução para além de usar materiais endógenos em combinação com outros como o aço leve e vidro, de modo a garantir durabilidade e resistência, garante conforto e privacidade, uma escala adequada às crianças, higiene e segurança e iluminação natural.

A segunda solução passará pela remodelação de um espaço existente na malha urbana do centro histórico para contemplar os espaços de amamentação, refeições infantis e instalação sanitária adaptada para crianças.

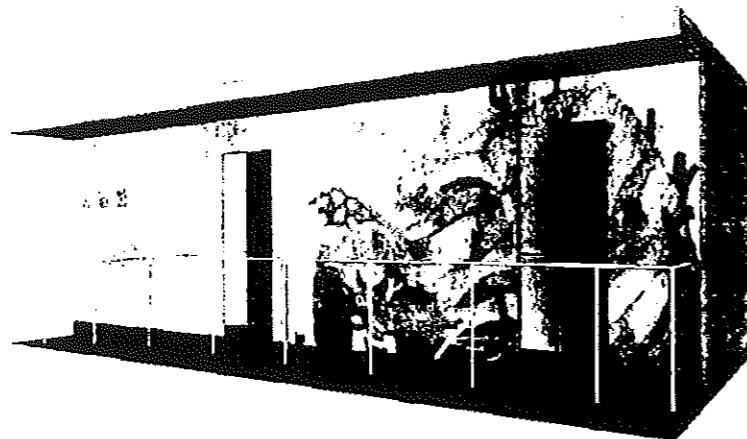
Se a versatilidade da primeira opção permite a sua colocação em zonas estratégicas da cidade, onde se verifica uma grande afluência de pessoas. A segunda opção permite reabilitar um espaço e colocá-lo ao serviço da população.

Ricardo Manuel Vieira Polif

Ponta Delgada, 28 de Abril de 2015

## Proposta De Recomendação

### Criação de instalações de apoio à família



Ponta Delgada constitui-se como um concelho jovem, onde verifica-se um aumento das famílias com filhos de tenra idade. Querendo Ponta Delgada afirmar-se como destino turístico seguro e apetecível para as famílias, o que estará facilitado com o novo modelo de transportes aéreos.

É necessário encontrar soluções que facilitem e melhorem a vivência dos espaços para esta camada da população.

Considerando que, na malha urbana do centro histórico de Ponta Delgada, não existe uma estrutura de apoio às famílias com filhos pequenos, sobretudo no que diz respeito a instalações sanitárias e zona de refeições e amamentação;

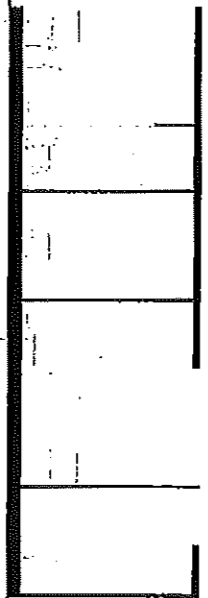
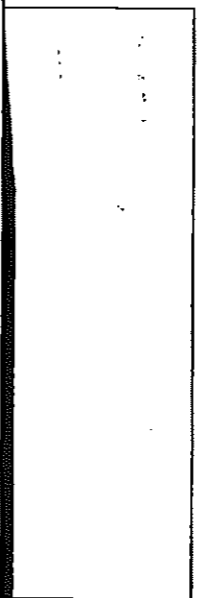
Considerando que, em diversas alturas do ano a cidade de Ponta Delgada recebe um grande fluxo de pessoas, que permanecem a totalidade do dia na cidade;

Considerando que, existe a necessidade de tornar a cidade de Ponta Delgada, nomeadamente o seu centro histórico, mais apelativa à população;



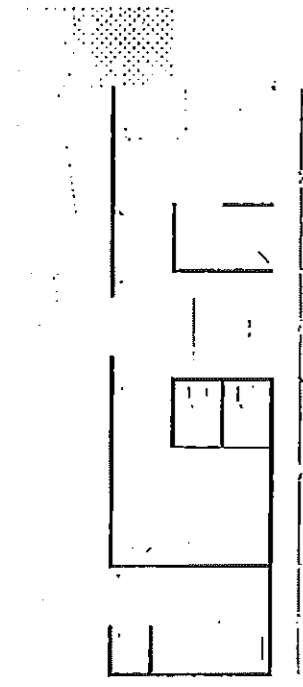
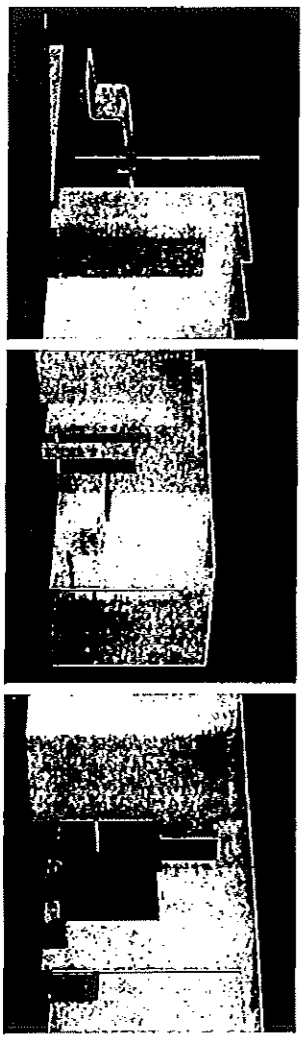
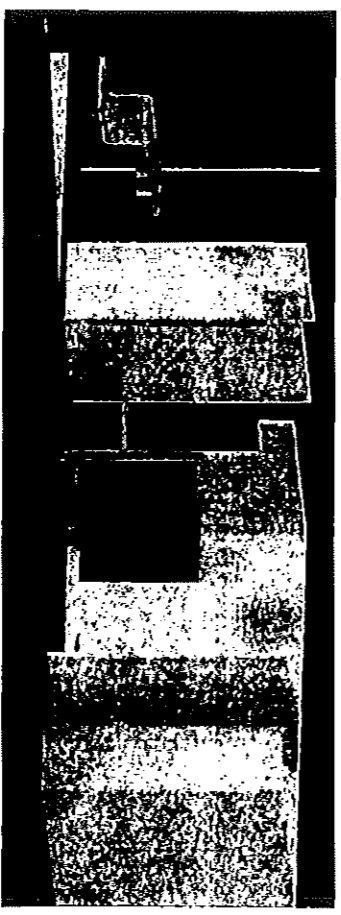
fraldáris | wc infanþíli

*[Handwritten signature]*



Þessi mynd sýnir mynd af fraldáris og wc infanþíli. Myndin er tekið úr myndavél og er hún óljós og óskýr. Þetta er mynd af myndavél og er hún óljós og óskýr.

Þessi mynd sýnir mynd af fraldáris og wc infanþíli. Myndin er tekið úr myndavél og er hún óljós og óskýr. Þetta er mynd af myndavél og er hún óljós og óskýr.



Na reunião de  
apresentação a nível do  
PS e B.E. da Câmara Municipal  
~~de~~ do PSD.

*[Handwritten signature]*



## RECOMENDAÇÃO

### CRIAÇÃO DE REDE MUNICIPAL DE HORTAS URBANAS

Considerando a crise económica e social que o país e a região atravessam e que se traduz em elevados níveis de desemprego e baixos rendimentos das famílias e, consequentemente, em dificuldade de acesso a bens de primeira necessidade;

Considerando que a criação de pequenas hortas urbanas e periurbanas, onde são disponibilizadas de forma gratuita aos munícipes parcelas de terreno para o cultivo de produtos agrícolas para consumo próprio, constitui um instrumento de subsistência complementar para as famílias podendo mesmo assegurar necessidades básicas de algumas famílias;

Considerando que o desenvolvimento de um concelho sustentável passa pela justiça social e modelos económicos e ambientais sustentáveis e que os espaços de agricultura urbana e periurbana devem ser integrados no modelo de desenvolvimento do concelho;

Considerando que a inclusão na alimentação das famílias de alimentos frescos e com qualidade, produzidos de forma sustentável contribuem para o desenvolvimento de hábitos e práticas de alimentação saudável;

Considerando ainda que as hortas urbanas são importantes espaços de sensibilização para a agricultura sustentável, para a gestão de resíduos e para a defesa do meio ambiente;

Considerando finalmente que as hortas urbanas, como espaços de convívio, lazer e aprendizagem, podem contribuir significativamente para o incremento da qualidade de vida dos seus utilizadores.

O BE propõe à Assembleia Municipal hoje reunida que **recomende** à CMPD o seguinte:

*[Handwritten signature]*

- A criação, em cooperação com as comunidades locais, de uma Rede Municipal de Hortas Urbanas e Periurbanas de acesso gratuito a todos os munícipes, com prioridade para os que não possuam terrenos agrícolas próprios, e que, a médio prazo, se estenda a todas as freguesias do concelho;

- A criação de regulamentação própria para o funcionamento das Hortas Urbanas Municipais;

- A disponibilização aos horticultores das Hortas Urbanas Municipais <sup>de</sup> formação prática e teórica sobre agricultura biológica e sobre as normas de convivência nos espaços comuns das hortas realizando para esse efeito parcerias com outras entidades.

Ponta Delgada, 28 de abril de 2015

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

António Lima

*C. Lima*





## DECLARAÇÃO DE VOTO

**Ponto 13 da Agenda de Trabalhos – 1ª Revisão ao orçamento da receita, 1ª revisão ao orçamento da despesa, 2ª revisão ao plano plurianual de investimentos, 1ª revisão ao plano de actividades municipais**

O Bloco de Esquerda abstém-se na 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais devido à importância da efetiva orçamentação e realização dos projetos vencedores do 1º Orçamento Participativo, apesar de discordar da opção da Câmara Municipal por projectos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos, tais como a construção de parques de estacionamento e estatuária.

Ponta Delgada, 28 de Abril de 2015

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

António Lima